

Organizador
Michel Goulart da Silva

EDUCAÇÃO E TRABALHO:
**configurações e metamorfoses
no capitalismo contemporâneo**



Organizador

Michel Goulart da Silva

Educação e trabalho: configurações e metamorfoses no capitalismo contemporâneo



1ª Edição

Foz do Iguaçu

2021

© 2021, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração: Lucas da Silva Martinez

Diagramação: Lucas da Silva Martinez

Capa: Isabela Rocco

Revisão: Valéria Lago Luzardo, Michel Goulart da Silva

ISBN 978-65-89284-06-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S596 Silva, Michel Goulart da
Educação e trabalho: configurações e metamorfoses no
capitalismo contemporâneo / Michel Goulart da Silva
(Organizador). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. 84 p.

PDF – EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-06-2

1. Educação. 2. Trabalho. 3. Capitalismo. I. Silva, Michel
Goulart da. II. Título.

CDU: 37

CDD: 370

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Rafael Henrique Cruz de Sousa
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Me. Giovanni Orso Borile
Editor-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Dra. Gloria Maria Santiago Pereira
Editora-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editora-Assistente

Lic. Júlio Ernesto de Souza de Oliveira
Editor-Assistente

Ma. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Michel Goulart da Silva</i>	
Considerações sobre a subsunção real do trabalho educacional	7
<i>Vinicius Oliveira Santos</i>	
Gramsci, os intelectuais e a educação	24
<i>Michel Goulart da Silva</i>	
Crise de 2007-2008 e a relação entre capital e trabalho	34
<i>Ramon Mendes da Costa Magalhães</i>	
O Trabalho e a educação a serviço das mutações do capitalismo brasileiro de 2000-2020	52
<i>Isaac Ferreira Cavalcante</i>	
A educação do campo como resistência camponesa ao sistema capitalista	65
<i>Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes e Maria Alyne Alves de Souza</i>	

Apresentação

Desde o começo de 2020 vive-se uma pandemia que contaminou milhões de pessoas em todo mundo, levou à morte de milhares e não tem previsão para terminar, mesmo com o desenvolvimento de vacinas. Quando o novo coronavírus começou a se espalhar pelo mundo era improvável prever como se daria a dinâmica de espalhamento da doença, principalmente porque se sabia pouco acerca dela. Contudo, a despeito das poucas informações científicas disponíveis nos primeiros meses, estava claro desde o começo que políticas relativamente simples, como a diminuição de circulação de pessoas e o uso de máscaras, poderiam diminuir o número de contágios e, por conseguinte, a quantidade de vítimas fatais da doença.

Contudo, para a burguesia e os governos que representam seus interesses o que menos interessava era preservar a vida das pessoas. Quando isso parecia preocupá-los, na verdade estavam interessados que a força de trabalho se mantivesse saudável para continuar a ser explorada. Em todo o mundo, a burguesia e os governos fizeram todo o esforço possível para que a economia voltasse a funcionar com uma pretensa normalidade, mesmo que para isso fosse preciso deixar cadáveres empilhados (em alguns lugares, literalmente).

Para piorar esse cenário, uma crise econômica em escala global, cujos sintomas se mostravam claramente meses antes da pandemia, foi aprofundada pela Covid-19. Diante disso, a burguesia fez de todo o possível para colocar nas costas dos trabalhadores a conta dos seus prejuízos. Enquanto salvavam banqueiros e empresários, nenhum governo hesitou em atacar direitos dos trabalhadores, flexibilizando leis e mantendo trabalhadores em seus postos, muitas vezes sem equipamentos de proteção adequados e mesmo em setores não essenciais da economia. Os governos se limitaram a apresentar frágeis medidas compensatórias, como foi o caso do auxílio emergencial implementado por Bolsonaro.

No âmbito da educação, o debate que ganhou mais ênfase foi o do ensino remoto. Desde o começo da pandemia, a maioria dos trabalhadores em educação, sejam os professores de diferentes níveis de ensino ou os técnicos que dão suporte à atuação docente, atuaram no trabalho remoto. Em muitos lugares foram implementadas ações que redundaram no fortalecimento de ensino à distância, por meio de contratos do Estado com grandes empresas e, em muitos casos, transformando os docentes em meros tutores. Além disso, houve uma ampliação na carga de trabalho, tornando as atividades laborais exaustivas e levando os trabalhadores ao adoecimento.

Na educação pública, o Estado economizou recursos nesse processo, por meio da diminuição de gastos com deslocamento, energia elétrica e manutenção dos espaços físicos. Essas despesas foram assumidas pelos trabalhadores, atuando em suas casas, com os mesmos salários que tinham antes, e que seguem sendo corroídos pelo aumento dos preços de bens de necessidade básica. Como conclusão desse cenário, vários governos buscam promover o retorno às aulas presenciais, abrindo a possibilidade de ampliar os números de contaminação e óbito, colocando em risco a vida de estudantes, de seus familiares e dos trabalhadores da educação.

Este livro reúne estudos que discutem a relação entre trabalho e educação a partir das mudanças ocorridas no capitalismo nas últimas décadas. Esse processo de mudanças está associado à chamado “reestruturação produtiva”, marcada por transformações na organização da produção de mercadorias. Essa nova configuração se mostrando como um processo de “flexibilização”, caracterizado pela fragilização da legislação trabalhista em todo o mundo e pelo estabelecimento de relações de trabalho precarizadas.

Esse processo impacta na educação de diferentes formas, abordadas ao longo do livro, no qual se discute, entre outros temas: a relação entre a reprodução do capital e a educação; o papel assumido pelos intelectuais no capitalismo; a crise do capital e seu impacto no mundo do trabalho; a educação e sua relação com o capitalismo no Brasil; formas de resistência dos trabalhadores diante desse cenário e sua relação com a educação. Por meio desses textos entende-se ser possível compreender alguns aspectos relacionados às mudanças ocorridas no capitalismo e como esse processo vem afetando a vida dos trabalhadores em todo o mundo, bem como o impacto que tem em sua relação com a educação.

Michel Goulart da Silva*

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Considerações sobre a subsunção real do trabalho educacional

Vinícius Oliveira Santos*

Introdução

À primeira vista, podemos afirmar que o trabalho educacional formal está inserido em um ramo específico do modo de produção e reprodução capitalista, por constituir, de forma fundamental, *um corpo coletivo de trabalho* voltado à produção de um *resultado útil específico* que não é objetivo de nenhum outro espaço de produção social: a educação formal de indivíduos.

Como qualquer ramo do modo de produção capitalista, o trabalho relacionado à educação formal experimentou, historicamente, profundas e diversificadas mutações responsáveis por alterar, ressignificar, desestruturar ou destruir sua estabilidade laboral anterior. Conforme analisaremos, embora o panorama geral de tais transformações remeta há mais de um século e meio, é possível perceber o impulso exponencial das alterações recentes do capitalismo, principalmente as relacionadas ao processo geral de reestruturação produtiva, bem como a aplicação de desenvolvimentos digitais das *novas tecnologias da informação e comunicação* no processo direto de trabalho na área da educação.

Os resultados imediatos das transformações produtivas na esfera do trabalho educacional formal incidem na maior trama dos fios invisíveis que prendem trabalhadores e trabalhadoras ao processo de trabalho com vistas ao aumento do tempo de trabalho, no refinamento dos meios de precarização do trabalho professoral, bem como na latente intensificação do trabalho através da inserção de aparatos tecnológicos em detrimento da saúde da força de trabalho.

Todas essas transformações estão relacionadas à intensificação do processo que Marx (2004, 2013) chamou de *subsunção real do trabalho ao capital*. A elaboração da *teoria da subsunção do trabalho ao capital* tem como objetivo principal sintetizar as alterações específicas que o modo de produção capitalista impõe às atividades laborais,

* Professor de Sociologia da Universidade Federal de Goiás (em transição para Universidade Federal de Catalão). Possui mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: vinicius.oliv@yahoo.com.br

atuando tanto na ampliação das formas de extração de mais-valor, quanto no exercício do domínio político do *corpo de trabalho socialmente articulado*.

Nesta perspectiva, a hipótese central do texto em tela pode ser resumida da seguinte forma: as transformações históricas promovidas pelo modo de produção capitalista no campo do trabalho educacional indicariam a existência de uma *subsunção real do trabalho educacional ao capital*.

Assim, pretendemos contrariar uma ampla tendência do pensamento marxista em considerar como *realmente subsumidos ao capital* apenas os processos de trabalho nos quais há a inserção de uma maquinaria que faz dos trabalhadores e trabalhadoras meros apêndices das máquinas. Neste tipo de interpretação, é possível identificar a ênfase no caráter técnico dos processos produtivos, como se o único fator de determinação da *subsunção real do trabalho* fosse o uso sistemático da maquinaria¹. Tais formulações pressupõem que grandes parcelas do trabalho educacional formal consistiriam em um tipo de atividade *subsumida apenas formalmente ao capital*, por possuir a figura dos professores como elemento central da produção educacional.

A consequência lógica deste tipo de análise suscita um equívoco preocupante no campo das teorias marxistas, uma vez que o potencial exploratório do capital pelo trabalho no campo educacional recebe um tratamento subestimado quando não há a presença marcante da maquinaria e da tecnologia do processo direto da produção educacional. Um sem número de trabalhadores e trabalhadoras da educação teria a *precariedade real* de seus trabalhos analiticamente desprezada em nome de uma pretensa e aparente *precariedade formal*.

Para formar uma contraposição a tais interpretações, e considerar que uma extensa gama dos trabalhos educacionais é subsumida realmente ao capital - mesmo no caso de uma aplicação esporádica da chamada maquinaria, ou mesmo na ocasião da ausência de tecnologia nos processos laborais educacionais -, torna-se imprescindível retomar quais são os fundamentos legítimos do que Marx chama de *subsunção real do trabalho ao capital*. Conforme veremos, segundo o autor, o uso da maquinaria constitui uma das fontes de *subsunção real do trabalho*, mas não é a única. Em outros termos, uma apreciação cuidadosa desta temática marxiana indica que há uma pluralidade de

¹ Os autores e autoras marxistas que compartilham deste tipo de interpretação são inúmeros. A título de exemplificação, podemos citar o seguinte trecho que sintetiza a hipótese da vertente em questão: “a *subsunção real* é o resultado do desenvolvimento tecnológico do modo de produção capitalista e tem como expressão material a generalização da extração de mais-valia relativa (extração do mais-trabalho por meio do uso de máquinas no processo de produção)” (ZEFERINO, 2017, p. 5).

fatores que compõem a *subsunção real do trabalho ao capital* que estão para além do caráter técnico da produção.

Além de apresentar uma interpretação distinta sobre a *teoria marxiana da subsunção do trabalho* e aplicá-la ao caso do trabalho educacional, o presente artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos da subordinação do trabalho educacional ao capital em perspectiva histórica, demonstrando como o capital aperfeiçoou os componentes da subsunção do trabalho professoral ao longo de suas constantes transformações.

O caráter eminentemente teórico do assunto confere ao levantamento bibliográfico e à análise bibliográfica a condição de praticamente os únicos procedimentos de pesquisa. A base metodológica utilizada em nossas pesquisas perpassa por certo acúmulo dentro do *materialismo histórico-dialético*, que foi fundamental para a obtenção dos resultados aqui apresentados. Este tipo de estudo justifica-se por fornecer uma contribuição aprofundada e inovadora aos estudos educacionais de fundamentação crítica marxista.

Origens pré-capitalistas da subsunção formal do trabalho educacional ao capital

É possível encontrar menções ao trabalho professoral em diversos autores da Economia Política. Adam Smith (1996) dedicou notáveis trechos de seu clássico *A Riqueza das Nações* para demonstrar como o trabalho de professores - uma atividade tão honrada e bem remunerada na antiguidade grega - não recebia o mesmo prestígio profissional em sua época, marcada pelo modo capitalista de produção:

Muitos outros ilustres professores dessa época parecem ter ganho grandes fortunas. Górgias fez um presente ao templo de Delfos, oferecendo sua própria estátua em ouro maciço, embora não deva ter sido uma estátua de tamanho natural, presumo. Seu padrão de vida, assim como o de Hípias e Protágoras, dois outros ilustres professores da época, é descrito por Platão como sendo esplêndido, chegando à ostentação. Afirma-se que o próprio Platão vivia na magnificência. [...] Professores de ciências provavelmente eram, a esse tempo, menos frequentes do que uma ou duas gerações posteriores, quando a concorrência provavelmente reduziu ligeiramente o preço de seu trabalho e a admiração de que eram alvo. Ao que parece, porém, os mais eminentes deles desfrutavam de um grau de consideração muito superior à que hoje se dispensa a qualquer desses profissionais (SMITH, 1996, p. 197, destaques nossos).

Percebe-se que teoria liberal de Adam Smith não possuía meios efetivos de explicar as razões da disparidade remuneratória entre os venerados professores da antiguidade grega, e os modernos trabalhadores do ramo educacional. É colossal o abismo social e histórico que separa Protágoras, Platão e Aristóteles do professor submetido ao capitalismo. Na antiguidade grega havia a presença de um rudimentar *capital mercantil*, mas ele não dispunha de meios concretos para a exploração direta e real das formas educacionais de trabalho.

Entre os professores da Grécia antiga e os atuais proletários da educação, existe um curioso e pouco conhecido período histórico medieval, responsável pela subordinação formal do trabalho educacional ao capital, bem como pela transição ao modo de produção especificamente capitalista. Os processos sociais capitalistas herdaram, em certa medida, consideráveis elementos da sociedade medieval. Marx e Engels, no célebre *Manifesto Comunista*, indicam que “os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal” (MARX; ENGELS, 2005, p. 44).

Em uma de suas célebres referências ao assunto do trabalho educacional, Marx enxerga o trabalho professoral inserido no que chama de *produção não-material*, isto é, na parcela da produção social que não gera um resultado físico-material. E, neste momento de seus escritos, Marx considera todas as atividades da produção *não-material* enquanto partícipes de “uma relação que constitui tão só uma forma de transição para o modo de produção formalmente capitalista” (MARX, 2004b, p. 119, grifo nosso). Tal seria o caráter do trabalho “nas instituições de ensino” (MARX, 2004b, p. 120): *subsumido apenas formalmente ao capital*.

Logo, para o assunto que visamos desenvolver aqui, surge uma questão: o que levou Marx a identificar a produção não-material e o trabalho educacional como *formas importantes de transição ao capitalismo*? Esta dúvida nos fez adentrar em assuntos que dizem respeito às *origens da subsunção formal do trabalho educacional ao capital*, momento que precederia historicamente a produção tipicamente capitalista, bem como a subsunção real do trabalho ao capital. Além disso, a resposta àquela pergunta nos auxiliará a compreender o fulcro deste trabalho: quais mediações permitiram que trabalho educacional, além de partícipe da transição do feudalismo ao capitalismo, se transforma em atividade marcada pela subsunção real do trabalho ao capital.

A bibliografia especializada demonstra que, com o declínio da antiguidade clássica, e o arrefecimento das relações mercantis, o trabalho professoral, assim como todos os ofícios relacionados à produção não-material, tiveram sua importância social, econômica e teórica drasticamente reduzidas na primeira metade do medievo.

Podemos utilizar, a título de exemplificação, as teorizações de Santo Agostinho que, no quinto capítulo de suas *Confissões*, critica os professores, atividade anteriormente exaltada, chamando-os de vendedores de literatura (AGOSTINHO, 1997).

Posteriormente, nos séculos XI e XII, surgem duas alterações fundamentais que alteraram o espaço do trabalho educacional formal na sociedade da época: em primeiro lugar, o surgimento das cidades (burgos), que ampliou e diversificou a divisão social do trabalho²; em segundo lugar, o renascimento das atividades mercantis, que levou a um novo desenvolvimento da moeda e do crédito, monetarizando as relações de troca em níveis até então não vistos³. A historiografia demonstra que as exigências profissionais das atividades comerciais demandavam um *nível de instrução elevado*. Nessa época popularizou-se os registros contabilísticos, livros de contas, o conhecimento de línguas estrangeiras entre os negociantes; complexificou-se as operações crédito imbricadas ao comércio de dinheiro, e nas operações financeiras do nascente capital comercial. Estes fatores resultaram na imperiosa necessidade de instrução da burguesia em ascensão:

O desenvolvimento dos instrumentos de crédito supõe necessariamente que os mercadores sabiam ler e escrever. A atividade comercial foi, sem dúvida alguma, a causa da criação das primeiras escolas para os filhos dos burgueses. [...] Os progressos da instrução aparecem intimamente ligados ao crédito (PIRENNE, 1963, p. 129, destaques nossos).

Lamentavelmente, o pouco espaço nos permite tratar do tema sem muitos detalhes. O assunto que convém desenvolver aqui é a demonstração das razões pelas quais Marx, em determinado momento de sua trajetória, considerou o trabalho educacional como uma forma de transição ao modo de produção capitalista. A partir de uma análise histórica, podemos perceber que o contexto responsável pela transição histórica do feudalismo ao capitalismo (séculos XII – XIV)⁴ marca uma nova etapa do trabalho educacional formal no âmbito social e econômico: o *surgimento do trabalho intelectual como parte de uma nova categoria laboral*, que Le Goff chama de “a emergência e o triunfo de um novo tipo socioprofissional” (LE GOFF, 1988, p. 13), que

² “A transição do feudalismo para o capitalismo, entretanto, é um produto da evolução feudal. Começa nas cidades, pois a separação entre cidade e campo é o elemento fundamental e constante da divisão social do trabalho” (HOBSBAWM, 1985, p. 31).

³ Sobre a importância do desenvolvimento da moeda e do crédito na Idade Média para o advento da sociedade capitalista, ver Le Goff (1982).

⁴ “Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI” (MARX, 2013, p. 787).

seriam os intelectuais do cenário urbano, dentro dos quais podem ser citados professores, poetas, músicos, atores etc.:

Os novos intelectuais são profissionais. Eles têm – tal como os comerciantes, pois são “vendedores de palavras”, da mesma forma que estes são “vendedores de tempo” – de vencer o clichê tradicional de que ciência não é para ser vendida, por ser uma dádiva de Deus. [...] Assim, se explica, teoricamente, o intelectual autorizado, da mesma forma que o comerciante, a obter lucro de sua profissão graças ao seu trabalho, à sua utilidade e à sua criação de bens de consumo (LE GOFF, 1988, p. 9-10).

Na época, a inclusão dos professores nas relações formais de trabalho foi tão profunda que se passou a reconhecer e fabricar seu instrumental próprio de trabalho: livros, instrumentos de ensino como quadro negro e giz⁵. Além de tudo isso, a criação das universidades seria a base do conhecimento científico indispensável para que o capitalismo se estabelecesse nos séculos seguintes.

No bojo das relações sociais que antecederam o modo de produção capitalista, o trabalho professoral renasce como um tipo socioprofissional correlacionado ao aquecimento das atividades comerciais da burguesia nascente. A ascensão econômica desta nova classe permitiu o financiamento dos professores, que eram contratados como qualquer outro prestador de serviços da burguesia comercial. Conforme demonstra Le Goff:

[...] no espaço urbano, o professor se aproxima, no mesmo impulso produtivo, do artesão e do mercador. [...] Eles vendem a sua ciência e seu ensino, como os artesãos vendem seus produtos (LE GOFF, 1988, p. 80).

Percebe-se então, que a classe dos professores se articulava com a classe da burguesia comercial pré-capitalista, em uma mera relação monetária. Este tipo de relação é exatamente um dos fatores que tipificam a *subsunção formal do trabalho ao capital*, segundo Marx⁶. Ou seja, a partir de uma análise da historiografia, encontramos

⁵ LE GOFF, 1988, p. 86.

⁶ “O essencial na subsunção formal é o seguinte: a relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretalho e o que o fornece: na medida em que surge a subordinação, a mesma deriva do conteúdo determinado da venda, não de uma subordinação que precedesse a mesma e pela qual o produtor – devido a circunstâncias políticas etc. – estivesse colocado noutra relação que não a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor de mercadoria) em relação ao explorador do trabalho. É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação” (MARX, 2004b, p. 94).

a fundamentação que levou Marx a considerar o trabalho educacional como uma forma de transição ao modo de produção capitalista. Embora estivessem subsumidas monetariamente à burguesia representada pelas formas pretéritas de capital (capital mercantil), tratava-se de uma subsunção apenas formal: “mesmo assim, a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, *apenas se submetem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição*” (MARX, 2004b, 115, grifo nosso).

A subsunção formal do trabalho ao capital possui algumas características. Em primeiro lugar, explicita que a relação entre quem compra e quem vende a força de trabalho é *apenas monetária*, não expressando uma subordinação fixada na natureza dos meios de produção, que muitas vezes pertencem ao trabalhador direto. Os produtores diretos “tem no capitalista um pagador permanente” (MARX, 2004b, p. 88). Em segundo lugar, expressa que o capital ainda não se configura em sua forma desenvolvida, isto é, ainda não alcançou o estágio de *modo de produção especificamente capitalista*⁷. Nestas formas, o capital pode atuar apenas de forma parcial na produção herdada de modos de produção pré-capitalistas. Em terceiro lugar, o trabalho é executado conforme os modos de produção pré-capitalistas, dentro dos quais os trabalhadores e trabalhadoras empregam os meios de produção, e não o contrário⁸. Assim, conclui-se que, nestes casos, o capital não pode assumir o controle direto e efetivo do processo de trabalho, e por isso, como quer Marx, ele pode atuar apenas de forma limitada neste momento histórico.

Colocando de forma sintética, as teorizações de Marx indicam a capacidade de formas pretéritas de capital subsumirem formalmente o trabalho educacional em relações típicas das formações pré-capitalistas.

Assim, para nós, a análise do trabalho imaterial enquanto atividade socialmente importante na transição ao modo de produção especificamente capitalista tem a importância de explicitar as *origens da subsunção formal do trabalho educacional ao capital*. É a forma primária de exploração do trabalho de professores pela burguesia. Por mais que a burguesia nascente buscasse interferir no processo de produção da docência, o intelecto dos professores era o elemento principal da produção aos quais

⁷ “Denominamos subsunção formal do trabalho no capital a subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista” (MARX, 2004b, p. 89). Temos, portanto, como pano de fundo, a ideia de que o capital é anterior ao capitalismo. O capitalismo seria uma forma de manifestação histórica do capital caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. O capital, seria assim, tanto anterior quanto posterior ao capitalismo (MÉSZÁROS, 2009).

⁸ “No modo de produção propriamente dito não se verifica qualquer diferença nesta etapa. O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital” (MARX, 2004b, p. 94-95).

os burgueses não possuíam meios suficientes para controlar diretamente o processo de trabalho. Por essas razões tratava-se de *subsunção formal do trabalho ao capital*, mesmo que as formas de capital não fossem especificamente capitalistas.

Embora Marx considerasse em determinados textos que o trabalho educacional constituiria uma forma de transição ao modo de produção capitalista, dizendo respeito à *subsunção formal do trabalho ao capital*, o autor não se limitou a este predicado, e avançou sua análise indicando as possibilidades do trabalho educacional estar realmente subsumido ao capital, por conta das alterações que o modo de produção capitalista promoveu neste ramo da produção social. Este será o tema principal do item que se segue.

A subsunção real do trabalho educacional ao capital

Partimos do pressuposto de que a *teoria da subsunção do trabalho ao capital* não constitui um tema linear e incontroverso na obra de Marx. Ela foi alvo de diversas alterações e reformulações de acordo com a evolução teórica e metodológica do autor. Fizemos uma pesquisa pormenorizada sobre o tema, que está em vias de ser publicada. A título de indicação, nos contentemos, por ora, com a afirmação de que *O Capital* sintetiza a formulação final da *teoria da subsunção do trabalho ao capital*, e que por esta razão será o objeto principal de nossa discussão.

A justificativa principal de desenvolver este assunto reside no fato de que, ao contrário do que apregoam amplas parcelas do marxismo contemporâneo, a *subsunção real do trabalho ao capital* abrange relações não-mediadas e semi-mediadas pela maquinaria. Isto é, a centralidade da máquina da produção pode ser um fator de tipificação da *subsunção*, mas não é o único, e nem o fator que promove a transição da *subsunção formal* para a *real*.

A principal indicação dessa hipótese se assenta na constatação de que a característica central do trabalho realmente subsumido ao capital é a possibilidade de extração de mais-valor relativo, e não apenas de mais-valor absoluto como na *subsunção formal*: “A *subsunção real do trabalho no capital* desenvolve-se *em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa*, ao contrário da absoluta” (MARX, 2013, p. 104, grifo nosso). É muito importante notar, que Marx é extremamente criterioso ao relacionar a *subsunção real do trabalho* a *todas as formas que produzem mais-valor relativo*. Isso equivale a afirmar que a especificidade da *subsunção real do trabalho ao capital* coincide com os métodos de produção do mais-valor relativo.

Em escritos anteriores ao *O Capital*, Marx, de fato, deu ênfase no caráter técnico da subsunção real. Porém, em seus escritos posteriores, é possível perceber que o autor amplia essa noção segundo a qual o modo de produção capitalista avança em outras frentes que não se limitam à mudança tecnológica materializada na maquinaria.

Em *O Capital*, o que rege a discussão da subsunção real são os métodos para a extração do mais-valor relativo, bem como as mediações deste conceito. Nesta obra, após explicitar o conceito de mais-valor relativo, e imediatamente antes de iniciar os capítulos costumeiramente chamados de *capítulos históricos de O Capital* - que constituem a análise da *Cooperação* (capítulo 11), da *Divisão do Trabalho e Manufatura* (capítulo 12), e da *Maquinaria e Grande Indústria* (capítulo 13) -, Marx diz:

O desenvolvimento da *força produtiva do trabalho* no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Em que medida esse resultado também pode ser obtido sem o barateamento das mercadorias será mostrado nos *métodos particulares de produção do mais-valor relativo a cujo exame passaremos a seguir* (MARX, 2013, p. 395-396, grifo nosso).

A produção do mais-valor relativo é a forma específica de produção de excedente no modo de produção especificamente capitalista dentro do qual há a presença da subsunção real dos processos de trabalho ao capital. Ao contrário, a produção do mais-valor absoluto seria a única forma de exploração dos processos de trabalhos subordinados apenas formalmente ao capital⁹. Logo, quando Marx associa o rico conteúdo desenvolvido nos *capítulos históricos* aos métodos de produção do mais-valor relativo, o assunto em voga tem como objetivo explicitar os diversos mecanismos que o capital cria para *subsumir o trabalho de forma real*, e assim aumentar a produção de excedente a partir da diminuição do *tempo de trabalho necessário*. Logo, a cooperação e a divisão do trabalho também são geradores de subsunção real, e não apenas a maquinaria e a grande indústria.

Embora seja simples, esta interpretação contraria uma longa tendência amplamente difundida no pensamento marxista, segundo a qual a subsunção real do trabalho ao capital se estabeleceria *apenas com a presença da maquinaria*. Segundo esta tendência, os métodos de extração do mais-valor nas formas capitalistas da cooperação

⁹ Não queremos, contudo, afirmar que haveria uma relação estritamente determinada entre subsunção formal - mais-valor absoluto, e subsunção real - mais-valor relativo, mas sim que é impossível ao capital extrair mais-valor relativo quando o trabalho é subsumido apenas formalmente, isto é, a subsunção real é o único caminho que o capital pode traçar para atuar produção de mais-valor relativo.

e da divisão do trabalho consistiriam no trabalho formalmente subsumido ao capital, e que estas formas não imprimiriam alterações nas forças produtivas sociais do trabalho.

Ao menos em *O Capital*, o que Marx chama de *força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista* nem de longe está relacionado apenas à maquinaria. Esta expressão diz respeito a diversos meios *que podem agregar e subsumir o trabalho imaterial de forma real*. Segundo Marx, a primeira alteração que o capital promove no âmbito do processo de trabalho no sentido da produção de mais-valor relativo, para além da substituição meramente formal dos agentes da produção, é a *concentração massificada da força de trabalho em um mesmo espaço produtivo*. No lugar de poucos trabalhadores operando isoladamente, ou agregados em pequenos números, o capital trata de agrupá-los em grande escala, mesmo em situações nas quais não são realizadas alterações do caráter tecnológico dos meios de trabalho:

Mesmo quando o modo de trabalho permanece o mesmo, o *emprego simultâneo de um número maior de trabalhadores opera uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho*. Edifícios onde muitos trabalham juntos, depósitos de matérias-primas etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc. que servem a muitos de forma simultânea ou alternada, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho (MARX, 2013, p. 399, grifo nosso).

Ao contrário da subsunção formal, onde não há alteração real do processo de trabalho, na cooperação capitalista Marx diz que há uma *revolução nas condições objetivas de trabalho*. Logo, as transformações objetivas do processo de trabalho se iniciam já na cooperação capitalista. Inicialmente, o que distinguiria o processo de trabalho no modo de produção capitalista seria exatamente o *caráter social e combinado do trabalho* aplicado de modo sistemático, onde muitos indivíduos participam da formação dos valores de uso de determinada célula produtiva. A base histórica da produção especificamente capitalista se institui na produção baseada em uma *escala ampliada de força de trabalho*, e na aplicação consciente e planejada de processos cooperativos de trabalho sob o comando do capital.

A *cooperação* seria, por assim dizer, a forma responsável pela transição da subsunção formal à subsunção real, isto é, a primeira alteração histórica operada na produção concreta direcionada à subsunção real¹⁰, o método mais simples da produção

¹⁰ A alta concentração de força de trabalho exige a alta concentração de meios de produção, operando uma diferença de fundo entre a cooperação tipicamente capitalista e a pequena coletivização do trabalho da subsunção formal: “A diferença entre o *trabalho formalmente subsumido* no capital e o modo

de mais-valor relativo. Esta primeira revolução que o capital promove nas condições objetivas de trabalho, além de atuar na economia do uso dos meios de produção usados em comum, *aumenta a força coletiva de trabalho* que não só permite a fabricação de mercadorias irrealizáveis por trabalhadores autônomos, mas também incide na formação de uma *nova potência do trabalho* que transcende a mera soma individual das forças de trabalho. Para além do caráter técnico, a cooperação, nesses termos, opera a transformação das *forças produtivas*¹¹, ao contrário da subsunção formal, onde não há transformação das forças produtivas.

O segundo elemento geral inserido pelo capital no âmbito do processo de trabalho com vistas a subordinar o trabalho para a produção de mais-valor relativo seria a *divisão do trabalho no processo direto de produção*, que Marx chama de *divisão manufatureira do trabalho* por ter sido a forma característica da divisão do trabalho do período manufatureiro, cuja função histórica consistiu em dissolver a produção artesanal simples.

O processo de trabalho fragmentado e dividido fixa o trabalhador e a trabalhadora a uma função parcial dentro de um corpo coletivo de trabalho. Através de uma sucessão ininterrupta, os processos gradativos de trabalho se unem no mesmo processo produtivo favorecendo a produção de mais valores de uso em menos tempo de trabalho, devido a características próprias do trabalho coletivamente dividido como a continuidade, a uniformidade, a regularidade, o ordenamento, e a intensidade do trabalho (MARX, 2013, p. 420).

precedente de empregar o trabalho, revela-se com maior claridade à medida que aumenta o volume do capital empregado pelo capitalista individual e, portanto, *a quantidade de operários que ocupa simultaneamente*. Só uma vez alcançado certo mínimo de capital, deixa o capitalista de ser ele próprio um operário e começa a ocupar-se unicamente com a direção do processo de trabalho e a comercialização das mercadorias produzidas. Mesmo assim, a subsunção real do trabalho no capital – o *modo de produção capitalista propriamente dito* – só entra em cena quando se apoderam da produção capitais de certa grandeza, seja porque o comerciante se transforma em capitalista industrial, seja porque, com base na subsunção formal, se constituíram *capitas industriais mais fortes*” (MARX, 2004b, p. 96, grifos do autor). Este trecho do *Capítulo VI Inédito* é muito parecido com o seguinte trecho de *O Capital*: “Num primeiro momento, certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados – e, conseqüentemente, a massa do mais-valor produzido – fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para convertê-lo de um pequeno patrão num capitalista e, assim, *estabelecer formalmente a relação capitalista*. Agora, essa *grandeza mínima aparece como condição material para a transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e mutuamente independentes, num processo de trabalho social e combinado*” (MARX, 2013, p. 405 - 406).

¹¹ “Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – *modo de cooperação que é ele próprio uma força produtiva*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Além de segmentar o processo de trabalho, a divisão do trabalho no processo direto de produção supera as limitações individuais de cada indivíduo ao classificar e agrupar os diferentes níveis da força de trabalho segundo suas *qualidades predominantes*. Dentro das atividades necessárias ao processo de produção, existem aquelas que são mais simples, outras mais complexas, outras exigem mais destreza manual, outras mais “concentração mental”, de forma que esses postos de trabalho, segundo Marx, passam a requerer e a organizar o processo de trabalho em “diferentes graus de formação”, *hierarquizando as diferentes forças de trabalho* (MARX, 2013, p. 424).

A nossa interpretação das várias páginas que compõem os assuntos referentes aos métodos históricos de extração do mais-valor relativo indica que, a todo momento, a exposição de Marx ressalta algum aspecto da subsunção real do trabalho ao capital. No caso da divisão manufatureira do trabalho, surge uma dolorosa relação de subordinação dos trabalhadores ao capital, relacionada ao fato de que este tipo de divisão retira do trabalhador individual a capacidade de produzir mercadoria, facultando esta capacidade apenas ao trabalhador coletivo.

Com a inserção da maquinaria consolida-se o apoderamento capitalista das dimensões manuais e intelectuais necessárias à produção. Este aspecto da subsunção real do trabalho, ao supressumir o ofício manual, aprofunda os marcos da separação entre trabalho material e trabalho imaterial em várias frentes: em primeiro lugar, ao fazer da cisão entre concepção e execução do trabalho uma necessidade técnica; em segundo lugar, do ponto de vista da divisão social do trabalho, ela opera na sociedade a criação de novos ramos produtivos materiais e imateriais adaptados à nova etapa da produção social; em terceiro lugar, mesmo em produções nas quais a maquinaria não é o principal meio de produção, ela altera o caráter do trabalho ali estabelecido reconfigurando as formas cooperativas e de divisão do trabalho no processo de produção. Com isso a forma da *grande indústria* se estabelece em todos os ramos da produção social: na fábrica, na agricultura, nos serviços.

Como vimos, diversas características da subsunção real do trabalho já adotavam a feição da subordinação das atividades laborais nas formas cooperativas e manufatureiras do trabalho. Além disso, com a inauguração da era da grande indústria, essas elas persistem enquanto socialmente válidas, embora sofram alterações dadas as novas bases técnicas do modo de produção. Em vez de eliminar a essência dessas

formas produtoras de mais-valor relativo a grande indústria as potencializa. E coloca a subsunção do trabalho em uma *realização plena*¹².

A nossa análise desses escritos de Marx culminou na enunciação de uma hipótese um tanto polêmica segundo a qual a *maquinaria fabril*, enquanto meio de produção principal da grande indústria, *fornece uma nova e distinta qualificação à subsunção real do trabalho ao capital, mas não a cria*. As características do trabalho fabril dominado pela maquinaria não esgotam as muitas outras formas de subsunção do trabalho geradas por outras relações estabelecidas pelo capital, e que continuam a subsistir ao lado da grande indústria, embora de forma totalmente transmutada. Vimos que desde as mudanças operadas pela cooperação capitalista já se constituem enquanto *revoluções nas condições objetivas de trabalho*. E, na nossa interpretação, o capital começa a subsumir realmente o trabalho quando se inicia essas revoluções nas forças produtivas, pois elas viabilizam a produção de mais-valor relativo através dos novos tipos de subordinação do trabalhador.

A ideia de que a subsunção real do trabalho ao capital se dá unicamente mediante a *maquinaria* é uma noção quase consensual, divulgada amplamente em textos marxistas. No entanto, de acordo com nossa hipótese, a formulação desta concepção não foi divulgada diretamente por Marx.

Podemos ilustrar a questão com o exemplo do trabalho educacional de um professor que vende sua força de trabalho ao dono da escola, um exemplo citado por Marx em vários textos¹³. A maquinaria aplicada à educação, na maior parte dos casos atuais, não exerce a função central ocupada pela personalidade viva do professor que consiste em trabalhar na formação intelectual do corpo discente através de sua capacidade intelectual, sua didática, sua qualificação relacionada aos seus estudos prévios, suas pesquisas etc.. O professor pode ser visto como uma engrenagem viva do Marx chama de *fábrica de ensino* [*Lehrfabrik*].

Na nossa avaliação, o que permite Marx dizer que a escola é uma *fábrica* seria exatamente sua concepção abrangente de indústria que está relacionada à ideia ampla de meios de produção. O capital industrial consiste em uma *forma social* na qual os meios objetivos de produção se encontram completamente dissociados dos

¹² “O uso da máquina é a realização plena da subsunção real do trabalho ao capital” (NAPOLEONI, 1976, p. 84)

¹³ “Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão” (MARX, 2013, p. 578).

trabalhadores diretos¹⁴, e estes realizam a produção segundo o modo capitalista, isto é, incidem na produção e na reprodução deste capital através do mais-valor relativo. A metáfora da escola enquanto *fábrica de ensino* foi utilizada também em seus escritos anteriores da *Teorias da Mais-Valia*:

Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Esta permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão etc. (MARX, 1980, p. 404).

Hoje em dia, apesar de existirem muitos meios digitais advindos da produção fabril que ressignificam o trabalho do professor, excetuando casos isolados, não podemos dizer que houve uma significativa substituição das forças intelectuais e pedagógicas deste tipo de trabalho educacional por máquinas. É certo que a digitalização de aulas e de conteúdos pedagógicos possibilitou que o trabalho do professor fosse vendido e veiculado em lugares onde ele nunca esteve, para alunos que ele nunca viu. A produção capitalista da educação se vale de uma grande parafernália tecnológica como computadores para acelerar o depósito de conteúdo, câmeras para vigiar o trabalho pedagógico, quadros interativos, *datashows* etc., mas estas ferramentas não ditam a natureza da subordinação real do trabalho educacional. Neste ramo, a subsunção do trabalho se dá principalmente pela cooperação e pela divisão do trabalho aplicada no âmbito do processo de produção pelo capital. O teórico crítico da educação Henry Giroux fornece uma pista que vai de encontro com esta perspectiva:

As atuais estruturas da maior parte das escolas isolam os professores e eliminam as possibilidades de uma tomada de decisões democrática e de relações sociais positivas. As relações entre os administradores escolares e o corpo docente com frequência representam os *aspectos mais prejudiciais da divisão do trabalho, a divisão entre concepção e execução*. Tal modelo é aviltante para professores e também para alunos (GIROUX, 1997, p. 91).

Na subsunção do trabalho no ramo educacional o capital aplica vários métodos de extração do mais-valor relativo que analisávamos: o agrupamento da força de

¹⁴ “Quanto aos trabalhadores individuais, as formas sociais de seu próprio trabalho ou as formas de seu próprio trabalho social são relações constituídas de maneira que deles em nada depende; os trabalhadores, subsumidos ao capital, tornam-se elementos dessas formações sociais, mas essas formações sociais não lhes pertencem.” (MARX, 1980, p. 386).

trabalho em um mesmo estabelecimento; a divisão do trabalho que separa quem planeja e quem executa o trabalho; a divisão e subdivisão entre as disciplinas que gera, cada vez mais, trabalhadores parciais; a seleção de trabalhadores que fazem a gestão, a gerência e o controle de quem trabalha diretamente na formação intelectual dos alunos, como coordenadores pedagógicos, supervisores e diretores; o fato de os trabalhadores individualmente considerados não gerarem a mercadoria deste ramo de produção, mas sim o trabalhador coletivo, ao contrário do professor em modos de produção anteriores etc. Conforme se desenvolvem esses meios, eles retiram do trabalhador direto o controle do processo de trabalho¹⁵, outorgando as qualidades gerais do processo de produção ao capital. Se não há máquinas que realizam a subsunção real da força de trabalho ao processo de produção, as engrenagens do sistema passam a ser os próprios trabalhadores, assim como na divisão manufatureira do trabalho:

A divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem meras engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence (MARX, 2013, p. 430).

Embora a escola não ofereça produtos manufaturados, e sim um produto imaterial, o sentido da divisão do trabalho no processo direto de trabalho dá o sentido de que trabalhadores e trabalhadoras de uma escola são partes de uma engrenagem semelhante à que Marx menciona neste trecho. A despeito de não produzirem a partir da maquinaria, Marx considera que as fábricas de ensino produzem valor de forma análoga à produção fabril, com a produção de capital industrial, portanto.

A possibilidade de geração do mais-valor relativo a partir do trabalho de professores só se efetiva quando o capital possui meios de subsumir os trabalhadores neste ramo de produção, superando as relações pretéritas do professor a domicílio, ou do ensino atrelado à igreja. Por isso, ao contrário do que defendem certas teorias educacionais, o ramo educacional formal no capitalismo é uma fonte de capital dentro da produção imaterial:

Desta forma, os dispêndios com educação passaram a ser considerados desejáveis, não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, e transformaram-se num investimento de retorno ainda mais compensador do que outros tipos de investimentos ligados à produção material. A educação passou, pois, a ser concebida como dotada de um valor

¹⁵ “As racionalidades tecnocráticas e instrumentais também operam dentro do próprio campo de ensino, e desempenham um papel cada vez maior na redução da autonomia do professor com respeito ao desenvolvimento e planejamento curricular e o julgamento e implementação de instrução em pacotes curriculares ‘à prova de professor’” (GIROUX, 1997, p. 160).

econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo (SAVIANI, 2005, p. 22).

Ao contrário das afirmações presentes nas *Teorias* e no *Capítulo VI Inédito* onde o trabalho do professor não é considerado parte da subsunção real, cruzando as informações presentes em *O Capital* é possível interpretar que Marx muda a perspectiva de como enxergava o trabalho educacional, vislumbrando que este tipo de trabalho “fora da produção material” está no mesmo patamar de produção de valor do trabalho executado em uma “fábrica de salsicha”. Entretanto, é essencial apontar que o capitalismo, na sua época, não tinha propagado a subsunção real de várias outras formas de trabalho imaterial, nem mesmo do ponto de vista cooperativo. Durante a vida de Marx, o capitalismo investia intensamente no progresso dos meios de produção para a produção imaterial, bem como utilizava os métodos de cooperação e divisão do trabalho, mas várias de suas consequências só vieram a se explicitar após sua morte, o que nos parece plausível a consideração de certos trabalhos imateriais enquanto parte das formas de transição.

Com isto, concluímos que a tão propagada tese de que o trabalho realmente subsumido ao capital diz respeito apenas aos trabalhos inseridos em processos produtivos dominados pela maquinaria não possui nenhum fundamento que a sustente.

Após uma apreciação crítica dos fatores que fornecem subsunção real do trabalho ao capital, não podemos concordar com muitas das hipóteses defendidas no livro *A teoria do valor em Marx e a Educação* no qual o caráter da subordinação do trabalho educacional dentro do capitalismo é subestimado em vários artigos. Em um deles, lê-se que

[...] na sociedade capitalista a relação entre as pessoas não se dá de forma direta, mas é mediada pela mercadoria, que é fruto do trabalho. Na educação, temos um dado singular: *o que deve predominar é a relação direta entre pessoas, e não essa relação capitalista que encobre as relações sociais, atribuindo ao produto tal caráter social.* Tal singularidade deve-se ao fato de que os objetivos da educação não são iguais aos da empresa capitalista: se nesta o objetivo maior é a obtenção de lucro através da venda da mercadoria produzida na esfera da produção, a partir da exploração da força de trabalho dos trabalhadores, para aquela o objetivo último é a obtenção do ser humano educado (OLIVEIRA, 2006, p. 81).

O processo de subsunção real do trabalho educacional ao capital faz do trabalho educacional privado uma célula produtora de ensino sob a forma mercadoria, com trabalhadores e trabalhadoras submetidas às mesmas lógicas trabalhistas dos outros ramos produtivos. Portanto, a afirmação marxiana de que é indiferente ao capitalista

investir seu capital numa fábrica de salsicha ou numa fábrica de ensino, se mostra mais atual hoje que há um século e meio atrás.

Referências

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. Lisboa: Gradiva, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OLIVEIRA, Lilian. A teoria do valor em Marx e a organização do trabalho coletivo na escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: PARO, Vitor (Org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Histedbr, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ZEFERINO, Barbara. Subsunção do trabalho ao capital: entraves para a emancipação do trabalho. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Ceará, n. 8, 2017.

Gramsci, os intelectuais e a educação

Michel Goulart da Silva*

O debate acerca dos intelectuais é antigo e pouco consensual. Muito foi escrito a respeito desse tema, gerando posições não apenas controversas como antagônicas. O único consenso talvez seja o da existência dos intelectuais; daí em diante, os debates são polêmicos e apresentam posições bastante diversificadas¹. Uma das possíveis razões disso se deve ao fato de que muitas das formulações elaboradas tiveram como base as opiniões recorrentes no senso comum, servindo como ideologias de controle social. Observa-se uma espécie de “mito dos intelectuais”, onde estes são apresentados deslocados da realidade concreta da luta de classes, na medida em que são encarados como seres superiores às pessoas “comuns” por terem mais “cultura” e eles próprios na maior parte dos casos se apresentam como um grupo autônomo na sociedade.

Embora recorrente no senso comum, a compreensão do intelectual como um ser deslocado da luta de classes não é exclusividade de pessoas supostamente desprovidas de “cultura”, afinal em muitos casos são os próprios intelectuais os responsáveis por alimentar o “mito” a seu respeito. Gramsci, pelo contrário, escrevendo no começo do século XX, procurou analisar a formação do intelectual partindo do arsenal teórico marxista, verificando, primeiro, que os intelectuais são seres que atuam na realidade concreta e, segundo, que suas ideias representam os interesses de classes específicas.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC).

E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br

¹ Uma primeira importante reflexão sobre os intelectuais foi feita na *República*, de Platão, onde apresenta-se a ideia do “filósofo-rei”. No século XIX as obras de Karl Marx e Friedrich Engels apresentaram polêmicas com outros filósofos alemães, de destacando textos como *A Ideologia Alemã* e *Anti-Dühring*. No início do século XX, Karl Mannheim e Antônio Gramsci se debruçaram sobre a questão, sendo possível destacar do primeiro o ensaio “O problema da ‘intelligentsia’” e do segundo *Os intelectuais e a organização da cultura*. No período anterior à Segunda Guerra, destaca-se também as contribuições de dois revolucionários russos, Vladimir Lênin, que refletiu durante toda a vida sobre as funções e a importância dos intelectuais, principalmente os membros do partido revolucionário, do qual é fundamental o clássico *Que fazer*, e Leon Trotsky, em especial o livro *Literatura e revolução* e seus escritos filosóficos que discutem educação, ciência e cultura. Mais recentemente, figuras díspares como Norberto Bobbio, Jean-Paul Sartre e James Petras trouxeram à tona, respectivamente, *Os intelectuais e o poder*, *Em defesa dos intelectuais* e *Ensaio contra a ordem* (conjunto de textos que contém o texto “Os intelectuais em retirada”). Cabe destacar ainda a síntese que Horácio Gonzalez fez sobre o tema, em *O que são intelectuais*.

Neste artigo procura-se discutir a compreensão de intelectual em Gramsci, em comparação com a interpretação elaborada por Norberto Bobbio. Procura-se apontar a atuação dos intelectuais como parte da concretude das lutas de classes, relacionado esse debate com a discussão acerca do partido e, também, em torno da relação entre trabalho e educação.

O intelectual em Bobbio

Um caso relevante de uma compreensão do intelectual próximo àquela do senso comum foi produzida por Norberto Bobbio, famoso estudioso de filosofia política. Para Bobbio (1997, p. 68), o intelectual como “alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas ideias”. Para ele, o intelectual não toma parte no processo de produção e circulação de mercadorias, ou seja, não é capitalista nem trabalhador; sua atividade é “trabalho não-material”. Nessa perspectiva, o intelectual não possui vínculos de classe, ou seja, não toma parte nos interesses destas nem na elaboração das ideias de qualquer grupo. O intelectual, portanto, faz parte de um grupo de pessoas cuja função é pensar soluções para os problemas e conflitos da sociedade, exercendo de forma pretensamente neutra “o poder espiritual ou ideológico contraposto ao poder temporal ou político” (BOBBIO, 1997, p. 119).

Bobbio (1997, p. 73) apresenta dois tipos que considera mais relevantes de intelectuais: os *ideólogos* e os *expertos*, assim definidos: “suficiente dizer que por ideólogos entendo aqueles que fornecem princípios-guias e, por expertos, aqueles que fornecem conhecimentos-meios”. O primeiro desses tipos ideais elabora teorias e, agitando-as na sociedade, conserva ou subverte o *status quo* (nessa definição imprecisa caberia tanto Lênin quanto Hitler). Os expertos, por outro lado, utilizando de métodos próprios da ciência a que se dedicam, apresentam conhecimentos específicos úteis para a sociedade (este seria o “cientista”, ou seja, alguém que faz pesquisas empíricas e apresenta conclusões ou diagnósticos).

Contudo, uma reflexão mais detida aponta contradições nessa caracterização que faz Bobbio, afinal é evidente que muitos dos “ideólogos” se utilizam de conhecimentos científicos para, na esfera da política, agitar suas ideias. Esse fator diferencia, por exemplo, Lênin e Hitler, pois o primeiro partia do materialismo dialético como método e o outro manipulava um messianismo irracional. Por outro lado, ao cientista, seja um físico ou um sociólogo, é impossível se livrar por completo de suas visões de mundo; por mais técnicos que sejam seus métodos, a escolha destes têm a ver

com sua subjetividade. O próprio Bobbio, ao perceber a inconsistência de seus argumentos, de forma bastante evasiva, se obriga a afirmar:

[...] do mesmo modo que geralmente em uma disputa ideológica o discurso sobre os fins não está separado do discurso sobre os meios, em uma discussão técnica, o problema dos meios geralmente não está separado da discussão sobre os fins (BOBBIO, 1997, p. 74).

Essa solução de Bobbio para sua própria inconsistência liga-se a um terceiro elemento de suas formulações, a “autonomia relativa da cultura com respeito à política”, partindo da compreensão da cultura como “esfera em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos”. Para ele, a cultura, como as demais esferas da vida, não deve se reduzir ao político. Dessa forma, o intelectual não é um agente da esfera da política, mas um “sujeito da atividade cultural”. Bobbio argumenta que os intelectuais constituem “um grupo com características bem definidas de pessoas que se reconhecem entre si mesmo quando se insultam” e que há um confronto entre o mundo das ideias e o mundo das ações políticas, cabendo ao intelectual, nesse confronto, “agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais”, enquanto a tarefa de tomar decisões cabe ao político (BOBBIO, 1997, p. 80-82). O intelectual não deve ser um sujeito de ação política nem deve ter qualquer comprometimento ideológico, e suas formulações devem buscar serem as mais neutras possíveis.

Bobbio propõe ao intelectual que intervenha na vida política pensando soluções, mudanças de rumo ou mecanismos de manutenção, mantendo-se longe da disputa direta entre setores em conflito. Sua conduta deve “ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais de seu tempo”, mas deve manter uma “distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem” (BOBBIO, 1997, p. 79). Não cabe ao intelectual, portanto, assumir como suas as reivindicações e necessidades de setores específicos da sociedade. Para Bobbio (1997, p. 82-83), é dever do intelectual apenas apontar caminhos para a solução dos conflitos, partindo de análises neutras, a fim de “persuadir ou dissuadir, de encorajar ou desencorajar, de exprimir juízos, de dar conselhos, de fazer proposta, de induzir as pessoas às quais se dirige a adquirirem uma opinião sobre as coisas”.

De forma geral, a concepção de intelectual defendida por Bobbio é muito próxima à presente no senso comum. Primeiro, porque separa o intelectual da esfera política enquanto sujeito de ação, cabendo-lhe apenas analisar acontecimentos e apontar

perspectivas ou soluções; se tomar partido, estará sendo um propagandista, preso de forma cega a suas ideias e afastado de conhecimentos científicos. Em segundo lugar, em sua análise, os intelectuais não têm ligação a grupos ou classes, mas são um setor autônomo que se identifica entre si apenas em função de pensarem os problemas da sociedade e escreverem artigos ou livros. Para Bobbio, portanto, não é a realidade concreta da sociedade que produz as ideias, enquanto representações mentais, mas a mente de uma elite intelectual geralmente formada em universidades.

Embora não o faça de forma aberta e clara, Bobbio se opõe aos postulados marxistas acerca dos intelectuais, o que fica mais evidente quando comenta a ideia de intelectual orgânico, ideia central para a concepção de Gramsci: “é preciso também reconhecer que, hoje, essa figura do intelectual orgânico no sentido estrito da palavra está em desuso. Ninguém a leva mais a sério” (BOBBIO, 1997, p. 87). Mas a própria compreensão que tem Bobbio do “sentido gramsciano” de intelectual orgânico é equivocada, quando afirma que “todos nós, pelo fato de vivermos em uma sociedade de cujas lutas participamos, somos orgânicos, no sentido de que somos portadores de certos valores contra outros, defendemos certos interesses contra outros” (BOBBIO, 1997, p. 87). Bobbio critica o intelectual orgânico por assumir “dogmaticamente” certa ideologia e a ela servir de forma passiva. Ora, nas concepções de Gramsci encontramos reflexões acerca de valores e ideologias, mas elas são uma forma de expressão ou de representação de uma realidade concreta que produz a superestrutura da sociedade.

O intelectual em Gramsci

Gramsci entende que todas as pessoas são intelectuais, mesmo que nem todas desempenhem essa função na sociedade; a distinção entre intelectuais e não-intelectuais, segundo Gramsci, refere-se tão-somente à função imediata da sua categoria profissional, ou seja, “leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso” (GRAMSCI, 1985, p. 7). Com isso, pode-se afirmar que a distinção entre essas atividades se dá pelo grau específico de trabalho intelectual nelas empregado, sendo impossível falar em “não-intelectuais”, pois não há atividade humana de que se possa excluir toda a intervenção intelectual. Gramsci (1985, p. 7-8) afirma que todo homem “desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral”.

Em Gramsci não há qualquer idealismo acerca do intelectual ser “portador de certos valores” ou estar fechado a uma “ideologia dogmaticamente assumida e

passivamente servida” (BOBBIO, 1997, p. 87). O erro da crítica liberal idealista de Bobbio é não compreender que a concepção de Gramsci acerca dos intelectuais não passaria de uma grande abstração se não fosse entendida a partir da realidade concreta, ou seja, do intelectual enquanto sujeito orgânico de uma classe:

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1985, p. 3).

Nesse sentido, o industrial, o banqueiro, enfim, o burguês precisa não apenas das diversas áreas técnicas, mas também dos organizadores de uma nova cultura ou de elaboradores de leis, entre outras funções, bem como do profissional político que representa seus interesses nas instituições do Estado. Os intelectuais orgânicos são, na maior parte dos casos, especializações de aspectos parciais das atividades da própria classe. Segundo Gramsci (1985, p. 8-9),

[...] formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Na sociedade capitalista tornou-se comum a existência de diversas atividades intelectuais, algumas ligadas diretamente à produção e outras cuja função é exercer influência ideológica na sociedade. Nesse ponto, seria possível tentar uma aproximação com as categorias de “ideólogo” e de “experto”, apresentadas por Bobbio. Contudo, isso não é possível, pois em Gramsci os intelectuais têm características de classe, seja no que se refere à sua função imediata, seja nos interesses que defendem, enquanto em Bobbio os intelectuais são vistos sem quaisquer vínculos com grupos sociais.

Essa ligação orgânica dos intelectuais com as classes sociais não significa que eles tomem parte direta no mundo da produção, ou seja, que atuem como industriais ou como operários; sua função na sociedade é medida pelo “contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (GRAMSCI, 1985, p. 10). Referindo-se aos intelectuais ligados à classe capitalista, Gramsci destaca que estes são responsáveis pelo que chama de “consenso espontâneo” da sociedade, ou seja, são os intelectuais uma camada da sociedade cuja função é

garantir a hegemonia sobre a classe trabalhadora². Seja como um cientista social, seja como um técnico da indústria, o intelectual orgânico ligado à burguesia é responsável (ainda que suas funções imediatas sejam diferenciadas) pela manutenção e defesa do status quo capitalista. Segundo Gramsci, (1985, p. 11), eles são “os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social do governo político”.

O partido

Outro fator fundamental na manutenção da hegemonia são os partidos, que, em Gramsci, exercem tarefas bastante específicas, abarcando todas as ações políticas e ideológicas que se dão no seio das organizações da sociedade, o que inclui não apenas as instituições do Estado, mas também jornais, escolas e sindicatos. Existe o partido político institucional, integrado ao jogo de governo de determinada conjuntura e ao exercício da prática política mais formal. Um segundo tipo é o partido ideológico, que procura conquistar a hegemonia, tendo em seu horizonte uma nova concepção de mundo e de sociedade. E há o partido revolucionário, cujo objetivo é fundar um novo tipo de Estado, a partir da reorganização da sociedade de cima para baixo e da conquista de uma nova hegemonia. Os partidos em Gramsci são a expressão das classes sociais:

[...] determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos (GRAMSCI, 1989, p. 22).

Em Gramsci o partido é entendido como “intelectual coletivo”, ou seja, todos os membros de um partido são considerados intelectuais. Contudo, podem exercer diferentes funções e participações dentro do partido, segundo sua estrutura, classe ao qual se vincula, programa etc. Gramsci alerta que é preciso distinguir “o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido”, sendo a burocracia “a força consuetudinária e conservadora mais perigosa”. Se a burocracia “chega a constituir um

² O conceito de hegemonia tem se mostrado de diferente definição, sendo apresentadas numerosas interpretações para defini-los. Numa definição simples, pode-se afirmar: “hegemonia quer dizer que uma sociedade baseia as formas principais de disciplina no consenso e não na punição explícita, quer dizer, que o poder é ‘compreendido’ muito antes de que venham os partidos a explicá-lo, quer dizer que toda a sociedade estabelece um cerne da unidade cultural que se traduz e espalha de diferentes formas [...] e que tem nos intelectuais os atores destinados a essa transmissão e tradução” (GONZÁLEZ, 1981, p. 94).

corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social e permanece como que solto no ar” (GRAMSCI, 1989, p. 56).

Com a organização do partido, não se faz necessário nem que a classe em si nem que os intelectuais do “campo da técnica produtiva” tomem parte de forma direta nas disputas e na manutenção da hegemonia, delegando a tarefa para as pessoas destacadas a atuar no “campo político e filosófico”. O processo histórico de formação dos intelectuais orgânicos com funções no partido objetiva

[...] transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 1985, p. 14).

O membro do partido que possui funções dirigentes no interesse da classe não pode ser um mero técnico, que se limita apenas a conhecer os dados da balança comercial de um país ou outros dados estatísticos. O intelectual de partido atua politicamente e entende a dinâmica da sociedade e das suas disputas políticas, bem como a história onde está inserido.

De forma diversa à de Gramsci, Bobbio afirma que não há uma relação direta entre o partido e os grupos ou classes sociais. Bobbio (1997, p. 87) afirma:

Um partido, para ter respostas acertadas, deveria saber interrogar, não dar diretivas rígidas, estimular o questionamento sem saber antecipadamente qual será a resposta, indicar a estrela polar, fornecer até mesmo bússolas, mas não preestabelecer a rota.

O intelectual de Bobbio está ligado a uma formação educacional específica, realizada na universidade. Em Gramsci, o espaço de formação do intelectual é mais amplo. Embora parta sua reflexão da análise do intelectual burguês, o principal objetivo de Gramsci é identificar o intelectual orgânico do proletariado, portanto, revolucionário; um exercício que parece estranho a Bobbio. Neste, um grupo de operários que se reúne para discutir sua própria situação econômica e a partir disso encaminhar uma atividade de agitação política nada mais é do que um mero grupo de agitadores; em Gramsci, eles podem ser intelectuais ou mesmo uma forma embrionária de partido. Portanto, pode-se afirmar que o intelectual de Bobbio é uma elite, formado nos meios acadêmicos, cuja função é pensar a manutenção do *status quo*. Em Gramsci,

o intelectual está vinculado a uma classe e age politicamente, sendo o partido seu espaço privilegiado de formação.

Os intelectuais e a educação

O intelectual burguês tem a seu favor tanto o poder econômico de sua classe como a educação formal. Diante da necessidade de maior especialização das funções na sociedade industrial, criou-se os mais diversos níveis e formas de educação, desde a básica até o ensino médio, técnico, universitário e a pós-graduação. Segundo Gramsci (1985, p. 9), “a complexidade da função intelectual nos vários estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização”. Contudo, nem todas as funções intelectuais estão “justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante” (GRAMSCI, 1985, p. 12).

Todas as funções intelectuais necessárias à classe capitalista precisam de uma formação adequada e qualificada, desde o contabilista que cuida das contas do empresário até o professor que educa os novos intelectuais, passando pelo engenheiro que controla a produção e pelo administrador que se forma um líder dos interesses econômicos da burguesia. Mesmo os historiadores ou os sociólogos, bem como outros cientistas sociais, encontram função no ordenamento capitalista. Para tanto, a burguesia tem seus espaços próprios, como as escolas secundárias e as universidades, muitas das quais de longa tradição na formação dos quadros das elites.

Enquanto parte do processo de manutenção da sociedade, a educação formal não pretende formar intelectuais que se coloquem contra a ordem, ou seja, que sejam orgânicos do proletariado. Para Frigotto (1989, p. 179),

a desqualificação da escola [...] constitui-se, ao lado dos mecanismos inseridos no próprio processo produtivo, numa forma sutil e eficaz de negar o acesso aos níveis elevados do saber à classe trabalhadora. Esta negação, por sua vez, constitui-se numa das formas de mantê-la marginalizada das decisões que balizam o destino da sociedade.

Essa desqualificação, materializada desde os conteúdos até a transmissão de uma ideologia que prega a resignação, é orgânica às relações sociais de produção capitalista, fazendo da escola uma “instância mediadora, nos diferentes níveis, dos interesses do capital”, embora essa mediação, “à medida que se efetiva no interior de relações sociais,

onde estão em jogo interesses antagônicos, não se dê de forma linear” (FRIGOTTO, 1989, p. 179).

Segundo Frigotto (1989, p. 194), “na ótica do proletariado, o intelectual orgânico é aquele que educa, organiza e direciona a classe para a tomada de consciência das relações sociais de produção a que a mesma está submetida”. Esse intelectual desnuda a situação de exploração e opressão dos assalariados, sendo responsável pela “difusão da consciência de que a classe proletária não é dona dos meios de produção e é a produtora da mais-valia”. Essa não é uma situação mecânica, onde tudo acontece de uma forma linear e previamente definida, mas uma relação dialética, a partir de situações concretas, que traz consigo avanços e recuos, contradições e superações. Para Frigotto (1989, p. 194), “o intelectual enquanto o portador, o criador da consciência de classe e, ao mesmo tempo, o difusor e a ‘consciência crítica da classe’, é um engajado na luta pela hegemonia da classe proletária”.

Considerações finais

Procurou-se mostrar neste artigo a necessidade de compreender o intelectual como parte orgânica de uma classe, a partir do entendimento construído pelo marxismo. Comparando elementos teóricos de Gramsci e Bobbio, procurou-se apontar que o intelectual não é parte de elite pensante independente das relações econômicas. Pelo contrário, ainda que não assuma as tarefas na produção diretamente realizadas por sua classe, tem o papel de analisar processos e fenômenos e elaborar respostas para os diferentes problemas apresentados pela realidade.

Gramsci, ademais, aproxima o intelectual da organização partidária, atribuindo um papel na manutenção ou na transformação da realidade, podendo-se pensar essa figura inserida na luta de classes. Gramsci aponta também como a educação pode ser uma manifestação dessas contradições de classe, na medida em que se reserva para uma parcela da população uma educação propedêutica e, para outra, um conjunto de conhecimentos voltados ao trabalho manual. Ao trazer o debate sobre educação e sua relação com a esfera de trabalho, partindo das contribuições de Gramsci, pode-se identificar o papel que pode cumprir a práxis no processo de transformação social.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GONZÁLEZ, Horário. **O que são intelectuais**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

Crise de 2007-2008 e a relação entre capital e trabalho

Ramon Mendes da Costa Magalhães*

Introdução

A crise de 2007-2008¹ tem sua estrutura no próprio modo de produção capitalista, ela emerge dos limites criados pelo próprio capital no processo histórico de acumulação e reprodução. Sua especificidade se deu devido a condições sócio-histórica engendradas para a superação de um momento de crise anterior, no qual o capital alterou seus mecanismos de reprodução em busca de uma nova forma de acumular capital e manter as taxas de lucro e a dominação social burguesa. Segundo Roque (2017), a crise de 2007-2008 manifestou uma combinação de elementos até então inédita na história do capitalismo mundial, dando-a proporções grandiosas e espetaculares.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar e explicitar a estrutura e a especificidade da crise de 2007-2008, assim como a relação entre capital e trabalho. Para isso, tomaremos como método o materialismo histórico-dialético para atingir um conhecimento que permita avançar para além das aparências fenomênicas, na progressiva e histórica compreensão da realidade (KOSIK, 1976).

A pesquisa dialética pretende explicitar como se dá a relação de causalidade, do fenômeno com a essência, do todo com as partes, dentro da realidade social concreta e real (GAMBOA, 2000). O método dialético se constitui como “o pensamento crítico que tem intenção de compreender a coisa em si e compreender adequadamente a

* Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Rede Municipal de Duque de Caxias. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Demandas Populares e Contextos Contemporâneos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEDUC-UFRRJ). Membro do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE).

E-mail: ramonmcmagalhaes@gmail.com

¹ O estouro da bolha imobiliária, grande clímax da crise financeira, aconteceu no ano de 2008, porém as consequências e elementos estruturais iniciais da crise que se perduram por todo o ano de 2008, se deram no ano de 2007, sendo assim, tomaremos como denominação da crise como “Crise de 2007-2008”, respeitando o processo histórico em que se materializou a crise.

realidade na sua essência, para além de esquemas abstratos da realidade e suas representações” (MAGALHÃES, 2019, p. 87).

Vejam os então as especificidades da crise de 2007-2008 e a suas consequências para a relação entre as classes sociais e a relação entre capital e trabalho.

Estrutura e especificidade

Desde a crise da década de 1970, a estrutura da riqueza do capital vem assumindo novos contornos, que foram se intensificando durante a última década do século XX, de modo que, a esfera financeira tem assumido um maior peso na riqueza total, bem como houve um crescente aumento do poder dos administradores de ativos imobiliários (fundos mútuos, fundos de pensão, seguros) permitindo novas formas de utilização da poupança e do crédito. “Uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável” (HARVEY, 2016, p. 22).

Associados a essa nova arquitetura financeira, houve uma maior abertura das contas de capital, dos regimes de taxas flutuantes e do uso de derivativos, distribuindo aos riscos em escala global, sob a tutela das agências de classificação de risco, que atuam como tribunais de julgamento da qualidade das políticas econômicas (COGGIOLA, 2012).

As finanças diretas e a securitização dos créditos de posses das instituições financeiras permitiram uma maior internacionalização do capital, ganhando relevância central, ao desregulamentar ao máximo o mercado financeiro e permitir a ação dos bancos como supermercados financeiros globais. Tais mudanças permitiram a liberação de capital produtivo para o mercado financeiro, antes gastos nas funções de comércio e de financiamento da produção, gerando um tempo menor de rotação do capital, o que aumentou a produção de mais-valia por capital aplicado, elevando a taxa de lucro (COGGIOLA, 2012).

Nestas condições, as relações entre produção e capital financeiro se correlacionam, de modo a elevar a taxa de lucro do capital, sendo essa a base da acumulação capitalista, através da mais-valia extraída do trabalho. Porém, a hipertrofia do capital financeiro cria “bolhas financeiras”, que “são a expressão, na esfera da circulação de capitais, da sobreprodução de mercadorias, que se manifesta como excesso de capitais” (COGGIOLA, 2012, p. 25).

Essa nova conformação na estrutura do modo de produção capitalista, leva ao capitalista industrial a investir de forma crescente e contínua, em atividades financeiras (fundos de investimentos, dívida pública, ações, derivativos) aumentando assim, sua taxa de lucro global. Tal processo se torna praticamente irreversível pelas próprias condições de reprodução/rentabilidade financeira, que constrói uma máquina de valorização financeira, que tende a se manter e se fortalecer, alterando as condições de reprodução ampliada e se tornando “cada vez mais importante do cálculo da valorização global de cada capital, e fator que permite a reprodução do capital” (COGGIOLA, 2012, p. 27).

O investimento em capital financeiro se torna extremamente importante para a reprodução e acumulação de capital dentro da concorrência intercapitalista devido à produção de excedentes na forma de lucro decorrentes da exploração do trabalho na esfera produtiva. Assim sendo, os capitalistas “[...] são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas” (HARVEY, 2016, p. 30), entre elas o investimento no capital financeiro.

No ano de 2001 a crise no sistema financeiro, devido ao estouro da “bolha da internet”, com a queda do índice Nasdaq, que mede a variação de preço das ações de empresas de informática e telecomunicações, revelou a fragilidade do sistema financeiro mundial, de modo que, as ações das empresas de tecnologia perderam 40% de seu valor, bem como suas dívidas aumentaram de forma espetacular, além de gerar uma capacidade ociosa industrial ainda maior dessas empresas. Assim sendo, a crise dessas empresas de novas tecnologias, tanto na esfera da produção como na esfera financeira, afetou diretamente o sistema bancário, que se tornou incapaz de continuar financiando esse setor, bem como créditos individuais e imobiliários (COGGIOLA, 2012).

Diante dessa crise no sistema financeiro que impedia os bancos de financiar novos empréstimos e de uma possível recessão generalizada da economia mundial, Federal Reserve (FED), banco central americano, entrou em ação para estimular a economia americana, cortando os juros de seus fundos federais em 5 pontos percentuais, levando-os a 1,75%, menor valor nominal nos últimos 50 anos (COGGIOLA, 2012). Estes juros refletem diretamente na capacidade dos bancos realizarem empréstimos a empresas e consumidores individuais, reaquecendo a economia via créditos bancários às empresas e ao consumo interno, bem como favoreceu o setor imobiliário.

Tais medidas buscaram reaquecer a economia via créditos bancários que, pragmaticamente, possibilitou o consumo interno e a retomada dos investimentos nas

empresas, mas na essência levaram as famílias a um endividamento e a ficarem nas mãos dos bancos. Neste sentido, de um lado a financeirização submeteu a classe trabalhadora a uma subsunção real ao capital exacerbada para financiar e pagar suas dívidas, aprofundando a exploração do trabalho (BELLOFIORE, 2010).

Do outro lado, os créditos imobiliários concedidos às famílias americanas eram securitizados e posteriormente derivados em novos títulos postos no mercado financeiro. Coggiola (2012) ressalta que a “securitização” liberava os títulos para serem livremente negociáveis, passando a ser vendidos mundo a fora, por outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão. Essa possibilidade se dava graças às empresas de avaliação de risco que garantiam a maior avaliação a esses títulos, o que dava segurança ao mercado e seus usuários. Essas agências de classificação de risco tiveram um grande peso na crise que ocorreria (ROQUE, 2017), como veremos mais a frente.

O que se viu foi um supercrescimento do mercado de imóveis, havendo uma grande valorização dos mesmos e um aumento significativo de novas construções. Todo esse processo gerou uma grande bolha especulativa, bem como o aumento das dívidas das famílias, pois estas estavam ligadas as variações dos juros e valores de mercado dos imóveis. Segundo Roque (2017) o aumento na demanda por imóveis, devido ao estímulo facilitador do governo em programas de créditos concedidos pelos bancos, gerou um inevitável e contínuo aumento nos preços dos imóveis, bem como atraiu um grande número de especuladores para o mercado imobiliário, aumentando ainda mais o valor dos imóveis e o risco futuro. “Sobre essas bases, a economia mundial retomou o crescimento, a partir de 2002-2003, abrindo um novo ciclo periódico de expansão global da produção de capital e do comércio internacional” (COGGIOLA, 2012, p. 42) que prevaleceu até 2007.

No entanto, o crescimento do capital fictício especulativo, foi deixado a solta pelos bancos centrais, já que eram garantidos pelas securitizações e pelas agências de classificação de risco, o que proporcionou uma autoexpansão descontrolada (COGGIOLA, 2012).

Os critérios frouxos para conceder empréstimos, bem como a injeção de dinheiro dado pelo Banco Central Americano (FED) direcionado ao setor imobiliário, fizeram com que as compras de títulos imobiliários parecessem investimentos geniais (ROQUE, 2017), o que levou “todo o mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre (HARVEY, 2016, p. 10)”.

Esse período de expansão do capital fictício puxado pela especulação imobiliária permitiu algo, poucas vezes visto na história capitalista:

Poucas vezes se investiu e se produziu tanto na indústria e no agronegócio mundial; poucas vezes se expandiu com tanta liberalidade o crédito e o endividamento dos indivíduos, das empresas e dos governos; no comércio internacional, nunca se comprou, se vendeu e se gerou tanto superávit comercial; poucas vezes os negócios nas bolsas de valores do mundo alcançaram níveis tão elevados. No final do ciclo, devido à gigantesca superprodução de capital, começaram a aparecer, na economia norte-americana, os primeiros sinais de um novo período de crise: desaceleração da produção industrial, elevação de estoques de imóveis não vendidos, deflação nos preços de produção internos dos principais bens de consumo duráveis, dos preços do comércio internacional de commodities (COGGIOLA, 2012, p. 44-45).

Tais fatos revelam a interdependência das esferas produtivas e financeiras na relação capitalista, em busca da realização da mais-valia e manutenção das taxas de lucro, bem como o capital produz seus próprios limites, que engendram suas crises estruturais, afetando diretamente a classe trabalhadora e a sociabilidade burguesa. A queda dos preços das mercadorias e o aumento dos estoques, manifestam a crise de superprodução de mercadorias, resultado da falta de realização no mercado interno, devido à redução do consumo das famílias americanas, super endividadas, com as hipotecas imobiliárias nas mãos dos bancos. Destarte, os próprios bancos também começaram a não conseguir honrar seus compromissos devido à queda do valor dos imóveis e dos títulos espalhados em esfera global.

Tais elementos revelam que a crise estrutural do sistema do capital, manifesta na crise de 2007-2008, não invade apenas a esfera financeira mundializada, mas todos os domínios da vida social, econômica e cultural (MÉSZÁROS, 2011).

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e as lojas e as fábricas fecharam (HARVEY, 2016, p. 13).

Assim sendo, o peso das hipotecas e títulos na economia mundial devido a uma especulação exacerbada que criou um imenso capital fictício garantido, na aparência, pelas seguradoras e pelas agências de risco, mas que não tinham materialidade para se realizar na realidade concreta. Vejamos como esse processo de bolha especulativa se realizou, para entendermos a materialização da crise.

O governo dos Estados Unidos buscou incentivar a compra de residências por todos os americanos, mesmos os que não tinham comprovação de renda, com histórico ruim de crédito e possibilidade real de pagar os créditos concedidos, tendo uma maior chance de inadimplência. Tais créditos são de alto risco para o mercado financeiro, chamados de créditos subprime, e eram realizadas principalmente por duas agências de créditos imobiliário, Fannie Mae e Freddie Mac (GOGGIOLA, 2012). Essas duas empresas atuam exclusivamente para o mercado imobiliário, existindo para garantir a liquidez ao mercado de títulos de imóveis (hipotecas), comprando os títulos de créditos dos bancos, liberando-os para fornecerem mais empréstimos, via crédito imobiliário (ROQUE, 2017).

O governo estadunidense garantia os investimentos feitos por essas duas empresas, atraindo os bancos de vários países do mundo, pois detinham a autorização de captar empréstimos em qualquer lugar do mundo. Os bancos de todo o mundo passaram a comprar os títulos vendidos através dessas agências, pois tinham a segurança de que se houvesse algum problema o governo entraria em ação para resguardar as agências (COGGIOLA, 2012; ROQUE, 2017).

A possibilidade de oferecer esses créditos se deu, devido a uma constante rolagem dos títulos quando havia alguma inadimplência, já que os preços crescentes dos imóveis permitiam a renegociação de créditos para quitar as dívidas dos créditos anteriores, bem como o consumo de mercadorias no mercado interno. Segundo Coggiola (2012, p. 49), “[...] essa valorização contínua dos imóveis permitia aos mutuários obter novos empréstimos, sempre maiores, para liquidar os anteriores, em atraso - dando o mesmo imóvel como garantia”, mas endividando ainda mais as famílias, que cresceu com a indústria de cartões de crédito (HARVEY, 2016).

Esse processo de tomada de novos créditos via setor imobiliário, permitiu que o consumo interno americano aumentasse, de modo que, “o crescimento da economia americana, e da economia mundial como seu reflexo, teve como base esse processo de espiral “virtuosa”: riqueza (imobiliária) – consumo – produção – emprego – renda – riqueza – consumo” (COGGIOLA, 2012, p. 50). Com o aumento no consumo de bens, a economia foi estimulada na sua totalidade, possibilitando a realização da produção.

No entanto, os juros dessas dívidas eram determinados no momento do pagamento das dívidas, pois eram pós-fixados, o que gerou uma grande inadimplência quando houve a estagnação dos preços dos imóveis, e posteriormente a diminuição do valor dos imóveis, devido ao aumento dos juros e a incapacidade das famílias pagarem esses créditos (COGGIOLA, 2012), num processo em cascata.

Com a inadimplência, os bancos começaram a tomar os imóveis das famílias, aumentando a oferta de imóveis no mercado, o que acarretou na diminuição ainda maior de seus preços. Esse processo “deixou em evidencia que bancos, corretoras, companhias imobiliárias, companhias de seguros e investidores em geral não só não conseguiriam obter lucros, como teriam pesadas perdas sobre o capital investido” (COGGIOLA, 2012, p. 52). Além disso, com o seu capital afetado por essas perdas, os bancos pararam de conceder novos empréstimos, inclusive entres eles, gerando um congelamento do mercado de crédito (ROQUE, 2017), bem como, “os mercados de ações se desintegraram-na medida em que especialmente as ações dos bancos perderam quase todo o seu valor; fundos de pensão racharam sob a tensão; orçamentos municipais encolheram; e espalhou o pânico em todo o sistema financeiro” (HARVEY, 2016, p. 12).

Com a perda de confiança e de lucro desses títulos pelas instituições, as seguradoras começaram a ser acionadas, mas não detinham capital real suficiente para garantir o capital fictício gerado pela bolha especulativa imobiliária. A American International Group (AIG), grande seguradora desses títulos subprime, foi extremamente afetada, pois não tinha condições de pagar os prêmios aos detentores dos títulos subprime. A AIG foi protegida com um empréstimo feito ao FED, que assumiu 79,9% do seu controle acionário e o gerenciamento de seus negócios (COGGIOLA, 2012).

Com a Fannie Mae e Freddie Mac não foi diferente, o governo teve de nacionalizar as duas agências para garantir a liquidez do mercado e honrar os compromissos dessas duas agencias de créditos, o que resultou em gasto de 200 à 300 bilhões de dólares, além de assumir a soma de aproximadamente 6 trilhões de passivos (COGGIOLA, 2012).

Esse processo de crise no sistema financeiro diminuiu a oferta de crédito no mercado, bem como para as empresas investirem e obter capital de giro para as negociações do cotidiano, resultando na suspensão da produção e demissão de trabalhadores (COGGIOLA, 2012). Para recuperar o mercado de crédito e bancário, “os governos nos principais países capitalistas transferiram as perdas do setor financeiro para o setor público, nas costas dos que pagam impostos” (COGGIOLA, 2012, p. 78) e foi acompanhado da boa e velha cartilha neoliberal, com cortes salariais, privatização e cortes orçamentários.

Assim sendo, as ações tomadas pelos Estados, buscam garantir a perpetuação do próprio capital, fazendo concessões vultuosas ao próprio mercado. O Estado burguês assume para si, a bancarrota dos bancos, com somas astronômicas de dinheiro público para solucionar pragmaticamente as crises financeiras. “Dezenas de milhões de milhões

de dinheiro público “injetados”, justificados em nome da alegada “importante lição da história” e naturalmente a serviço da incontestável boa causa de salvar o sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21).

Entre essas concessões estava à compra dos títulos hipotecários dos bancos, ficando com os títulos subprime sobre sua posse. Além disso, o banco central americano começou a pagar juros para que os bancos mantivessem em seus cofres, parte do dinheiro adquirido com a venda desses títulos, mantendo o crédito baixo no mercado, para não estimular a especulação, resultando em um grande subsídio ao setor bancário e financeiro (ROQUE, 2017). Neste sentido, as medidas políticas e financeiras adotadas, deram conta de garantir a liquidez dos bancos, das companhias de hipotecas e seguros (MÉSZÁROS, 2011).

No entanto, tais ações do Estado burguês só alteraram o cenário de crise no plano imediato, pois não alteraram a estrutura do sistema capitalista em crise, que continuou a sofrer com a superprodução de mercadorias, diminuição do consumo e aumento do desemprego estrutural, repercutindo na queda tendencial da taxa de lucro. O aprofundamento da crise do aventureirismo financeiro atingiu assim diretamente a esfera produtiva, a base estrutural do capital, levando o crescimento do desemprego a toda parte em uma escala assustadora, bem como a miséria humana a ele associada (MÉSZÁROS, 2011).

Visto isso, a relação entre capital e trabalho, também sofreu alterações com a crise de 2007-2008, aumentando ainda mais a exploração, a terceirização, a precarização e a informalidade do trabalho, manifesta de diversas formas, como veremos a seguir.

A relação entre capital e trabalho pós-crise de 2007-2008

A crise de 2007-2008 intensificou e aprofundou, ainda mais, a corrosão dos direitos conquistados pelos trabalhadores herdeiros das era taylorista/fordista e ampliou a terceirização, a informalidade e a precarização do trabalho de forma a extrair uma crescente mais-valia dos trabalhadores, colocando-os em situações mais perversas.

Segundo Antunes (2018, p. 138) as respostas à crise estrutural do capital, acentuadas a partir de 2008, “baseou-se, potencializada pela internacionalização da economia, em uma forma particular de articulação de estratégias de extração de mais-valor absoluto e relativo”.

Essas estratégias levaram a um aumento dos mecanismos e maneiras de extração do sobretrabalho, bem como a subsunção, subjetivação e divisão dos trabalhadores, que se expandiu a todas as esferas da produção, bem como, ao setor de serviços e da agricultura, tendo o capital financeiro como principal condutor dessa lógica destrutiva e de servidão.

Os efeitos na relação entre trabalho e capital decorrentes da crise de 2007-2008 assumem características desiguais e combinadas em relação aos países centrais e periféricos, na qual cada nação vai absorver as consequências dessa crise global. O Brasil, enquanto país dependente da periferia do sistema capitalista, que tem uma estrutura produtiva voltada, de um lado, para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., com intuito de abastecer o mercado interno, altamente restrito e seletivo, e do outro lado, o setor primário exportador de produtos do agronegócio e de minérios que abastece os países do capitalismo central (ANTUNES, 2018), se via em meio à crise.

Inicialmente, as medidas adotadas se deram a partir da intervenção do Estado, como aconteceu no centro do capitalismo com o fundo público agindo em prol do capital. Segundo Antunes (2018, p. 122):

Quando a crise mundial atingiu fortemente os países capitalistas centrais a partir de 2008, o governo Lula tomou medidas claras no sentido de incentivar, através do Estado, a retomada do crescimento econômico, com a redução de impostos em setores fundamentais da economia, como o automobilístico, o de eletrodomésticos e o da construção civil, todos eles expressivos incorporadores de força de trabalho. Assim, estimulou a expansão do mercado interno brasileiro, para compensar a retração do mercado externo, que reduziu a procura pelas commodities produzidas no Brasil. Combinando uma política de privatização baseada nas parcerias público-privadas (PPP), seu governo ainda incentivou bastante a transnacionalização da economia brasileira, quer pela abertura do mercado interno aos capitais internacionais, quer pelo impulso que deu para a internacionalização de vários setores da burguesia brasileira (de que foi exemplo o da construção civil), que passaram a investir em outras partes do mundo, sempre com o apoio decisivo dos governos do PT.

Tais medidas adotadas pelo presidente garantiram a estabilidade econômica e política no cenário nacional e internacional, bem como a eleição em 2012 da candidata a presidência do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Roussef. Em seu governo, o que se presenciou, foi a continuidade do projeto de associação a capital desenvolvido pelo PT desde a eleição em 2002, se materializando em:

1) crescimento econômico baseado na expansão do mercado interno; 2) incentivo à produção de commodities para exportação, beneficiando o capital vinculado ao agronegócio; 3) política financeira que, em última instância, garante o apoio do sistema financeiro; 4) redução de tributos que beneficiam os capitais na indústria automobilística, na construção civil etc., visando diminuir os efeitos decorrentes da redução das exportações de commodities (ANTUNES, 2018, p. 122).

A estratégia adotada pelos governos petistas, mesmo que associado ao grande capital, possibilitou um acréscimo no número de trabalhadores formais reduzindo o número de desempregados. No entanto, as condições de vulnerabilidade decorrentes da informalidade, da terceirização e da precarização da força de trabalho também se ampliou, mesmo mantendo-se em um número absoluto mais baixo. Exemplo disso foi à aprovação da PL 4.330, renomeada como PLC 30, que ampliou o processo de terceirização no país, acabando a limitação da terceirização somente para as atividades-meio, ampliando-as para as atividades-fim, garantindo então que qualquer modalidade de trabalho está sujeita a terceirização (ANTUNES, 2018).

Além disso, após a reeleição de Dilma em 2014, a então presidente, para manter a estabilidade política e a relação com a classe burguesa, tomou medidas impopulares e perversas para classe trabalhadora, sendo elas: “reduziu conquistas trabalhistas, como o seguro-desemprego; aumentou os juros bancários; indicou um ministério de perfil conservador e começou a urdir um programa de “ajuste fiscal” profundamente recessivo” (ANTUNES, 2018, p. 234). Tais medidas acabaram por desmoronar a base política e social que sustentaram seu governo, levando no ano de 2016, juntamente com outros elementos, a um impeachment orquestrado pela classe burguesa e pela política nacional.

Com a chegada do vice-presidente de Dilma ao poder via impeachment, Michel Temer, iria iniciar “uma nova fase da *contrarrevolução preventiva*, agora de tipo *ultra neoliberal e em fase ainda mais agressiva*” (ANTUNES, 2018, p. 269, *grifos do autor*). Este governo teve o objetivo de privatizar o restante das empresas estatais, garantir os interesses da classe dominante e solapar os direitos dos trabalhadores, consolidado via Reforma Trabalhista em 2017 (PLC 38/2017) (ANTUNES, 2018).

Tal reforma, como antecipou Ricardo Antunes (2018), teve como consequências o aumento das flexibilizações, das terceirizações, da informalidade e do desemprego, demonstrado em pesquisa recente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2020), bem como outras consequências para a classe trabalhadora. Segundo o Dieese (2020, p. 01), a reforma trabalhista que possibilitou os vínculos intermitentes demonstra que:

11% dos vínculos intermitentes não geraram atividade ou renda em 2018; 40% dos vínculos que estavam ativos em dezembro de 2018 não registraram nenhuma atividade no mês; Ainda em dezembro, a remuneração foi inferior a um salário mínimo em 43% dos vínculos intermitentes que registraram trabalho; Ao final de 2018, a remuneração mensal média dos vínculos intermitentes foi de R\$ 763, e; O número de contratos intermitentes representou 0,13% do estoque de empregos formais, em 2018, e 0,29%, em 2019.

Como podemos perceber, a Reforma Trabalhista não resultou em um aumento dos empregos formais, nem na renda do trabalhador, como defendido por seus representantes, pelo contrário, houve um rebaixamento das suas condições de salário, estando abaixo do salário mínimo. Tendo isso em vista, a Reforma Trabalhista serviu a classe burguesa para superexplorar a classe trabalhadora e maximizar a extração de mais-valia e os lucros decorrentes dela.

Um dado relevante da pesquisa do Dieese (2020) é que a média de duração dos vínculos de trabalho eram de 5 meses, dos quais, 2 meses eram de espera e 3 de trabalho efetivo. Visto isso, podemos concluir que o trabalhador se torna “escravo” da necessidade do empregador, tendo que se adaptar e aguardar ser convocado para realizar sua prática laboral, e mesmo assim, sua remuneração não alcança uma média anual do salário mínimo em (43% dos casos), revelando a precariedade desse tipo de vínculo legitimando pela Reforma Trabalhista.

Concordamos ainda como a conclusão chegada pelo Dieese (2020, p. 04), de que “ao contrário dos outros tipos de vínculo, o intermitente é caracterizado pela instabilidade, já que não garante nem trabalho nem renda para os trabalhadores contratados nessa categoria”. Sendo assim, a Reforma Trabalhista instaurada em 2017, só vem ao encontro dos interesses da classe dominante, sobrando aos trabalhadores à insegurança, à instabilidade e o medo, gerado pelo desemprego estrutural decorrente das relações capitalista entre capital e trabalho.

Se aproximando das possibilidades de contrato por vínculos intermitentes aprovados pela Reforma Trabalhista de 2017, Maeda (2019) discute contrato-zero hora e seu potencial precarizante, tipicamente praticado no Reino Unido, concluindo que esse modelo de relação entre capital e trabalho atua rebaixando a renda do trabalhador, bem como há a diminuição de garantias sociais e até mesmo de oportunidades profissionais, “gerando novas incertezas e desigualdades sociais, numa espécie de “decadência coletiva” (p. 129).

Esta Reforma Trabalhista também vai repercutir em outras falácias defendidas pelo capital, como o auto-emprego e o empreendedorismo, entretanto, não um

empreendedorismo inovador e revolucionário dos meios de produção do grande capital, mas um empreendedorismo para a reprodução da força de trabalho e da reprodução das condições materiais de existência da classe trabalhadora, cada vez mais superexplorada e envolta no desemprego estrutural.

Continuando com a retirada dos direitos da classe trabalhadora, em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, foi aprovada a Reforma da Previdência, alterando profundamente as garantias dos trabalhadores a sua aposentadoria. Entre as mudanças estão, a elevação da idade da aposentadoria e alteração dos cálculos sobre tempo de contribuição, penalizando a classe trabalhadora.

Dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020) revelam que o desemprego em 2019 atingiu 11,9% da população, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), revelando que os efeitos da crise financeira de 2007-2008 e da crise política e econômica de 2015 no Brasil ainda se mantêm.

Outro dado relevante diz respeito ao número de desempregados em 2019, quando comparados em 2014. No ano de 2014 eram 6,8 milhões de pessoas desocupadas, contra 12,6 milhões em 2019, quase que o dobro (IBGE, 2020). Podemos concluir que a crise de 2015 no Brasil, instaurada por divergências políticas e econômicas entre a classe política e o capital nacional, penalizou consideravelmente a classe trabalhadora, aumentando o desemprego, a precariedade e a informalidade.

Isso fica evidente, quando o IBGE (2020) apresenta os números do setor informal brasileiro, que agrupa os trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, trabalhador por conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar. Os números chegaram a 41,1% da população ocupada, número recorde no país, o que equivale a 38,4 milhões de pessoas.

Esse grupo então corresponde a parcela da classe trabalhadora hoje, classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2018), representantes da nova morfologia do trabalho, que sofrem os principais efeitos da precarização do trabalho, da terceirização e da informalidade, despossuindo direitos trabalhistas e sociais.

Dentro desse grupo da informalidade, se destaca o número de trabalhadores por conta própria, representados por 24,2 milhões de trabalhadores, sendo que a maior parte, 19,3 milhões, não possuem CNPJ (IBGE, 2020). Provavelmente, é nesse grupo de trabalhadores que a modalidade do autoemprego e do empreendedorismo tem ganhado maior destaque e materialização.

O instituto acrescenta-se ainda que, o número de trabalhadores com carteira assinada caiu 3% (IBGE, 2020), reforçando a perda de direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora. Enquanto isso, o número da força de trabalho subutilizada, que inclui pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial, alcançou 27,6 milhões de pessoas em 2019, maior número já avaliado pelo instituto, o que representou 79,3% acima do menor patamar (15,4 milhões) já avaliado pelo instituto em 2014 (IBGE, 2020).

Este último dado revela a potencialidade dos possíveis efeitos da Reforma Trabalhista em 2017, subutilizando os trabalhadores em contratos de tempo parcial, que provavelmente interferem em suas rendas mensais, e possivelmente as deixam abaixo do salário mínimo, como reportado pelo Dieese (2020).

Todos esses ataques a classe trabalhadora e a intensificação da reestruturação produtiva a partir do toyotismo/acumulação flexível pós-crise de 2007-2008 vêm alterando profundamente a morfologia da classe trabalhadora, com o crescente aumento da terceirização, da informalidade e da precarização, como já alertamos, bem como o crescente avanço nas concepções do processo de formação do trabalhador e na formação para sociabilidade burguesa.

A classe trabalhadora hoje, classe-que-vive-do-trabalho, que compõe a nova morfologia do trabalho, é então formada pela “totalidade do trabalho coletivo e social que participa da produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, seja direta ou indiretamente partícipe do processo de reprodução do capital” (ANTUNES, 2009, p. 238), vendendo a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, bem como os desempregados e subempregados, que engrossam a superpopulação relativa, aumentando o exército de reserva e pressionando ainda mais o rebaixamento dos salários e o aumento da exploração.

Nessa nova morfologia do trabalho, a classe-que-vive-do-trabalho está submetida à instabilidade e a insegurança, que vêm assumindo grande destaque nas relações entre capital e trabalho, até mesmo nos trabalhadores herdeiros da era taylorista/fordista. Aumenta-se exponencialmente as modalidades de trabalho como a uberização e a “pejotização”², bem como a figura do microempreendedor, incentivado pelo discurso do empreendedorismo.

² Segundo Antunes (2018, p. 23) a pejotização “[...] trata-se de referência à pessoa jurídica (PJ), que é falsamente apresentada como ‘trabalho autônomo’ visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes e, desse modo, burlar os direitos trabalhistas”.

Segundo Antunes (2018) o capital exige cada vez mais um trabalho flexível, de modo que, jornadas pré-fixadas, espaço laboral definido, remuneração fixa, direitos e organização sindical, tem se tornado cada vez menos frequentes, assim como as metas a serem alcançadas mudam constantemente, até mesmo diariamente.

Do ponto de vista do capital, o que vemos é a exigência da flexibilização total do mercado de trabalho, se eximindo dos direitos dos trabalhadores, muitas vezes burlando a legislação social em diversos países (ANTUNES, 2019), ou mesmo modificando as legislações trabalhistas, como no caso brasileiro, via Estado.

Constatamos que esse caráter multifacetado, impulsionado pela informalidade, terceirização e precariedade, é que tem dado uma nova materialidade ao mundo do trabalho, criando e ampliando novas formas de mercantilização da força de trabalho, como o autoemprego e o empreendedorismo. Nessa nova materialidade, heterogênea e fragmentada, a vulnerabilidade estrutural se propaga, com formas de precárias de contratos ou registros de trabalho, como o Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) e Microempreendedor individual (MEI).

Essas formas de modalidade de trabalho têm se expandindo muito no setor de serviços, tão necessário a reprodução da força de trabalho e a manutenção da ordem burguesa, principalmente ligado ao discurso da classe dominante. Apologistas do fim do trabalho, que negam a extração do valor principalmente no século XXI, não reconhecem que:

[...] as profundas mutações vivenciadas pelo capitalismo da era digital-informacional e com a expressiva expansão dos serviços e sua mercadorização, torna-se premente oferecer um efetivo entendimento de qual é o papel dos serviços na acumulação de capital, como se realiza o processo de produção dentro desse setor, bem como qual é a real participação desses trabalhadores e dessas trabalhadoras no processo de valorização do capital e de criação (ou não) de mais-valor (ANTUNES, 2018, p. 44).

O setor de serviços, diferentemente dos apologistas do fim do trabalho, está inserido diretamente nas relações de produção da vida humana e na produção de mercadorias, contribuindo com o processo de acumulação e reprodução do capital, sendo que, o processo de trabalho nesse setor, é em si, muitas vezes, a mercadoria a ser vendida, como no ato de cortar cabelo (HARVEY, 2016), satisfazendo necessidades imediatas a reprodução da força de trabalho, bem como na expansão do capital em outros setores de serviços, como em empresas terceirizadas que prestam serviços a grandes indústrias. Portanto:

[...] o setor de serviços está cada vez mais totalizado e controlado pela lógica do capital e de seu processo de mercadorização ou comoditização, ele também se torna gradualmente mais partícipe das cadeias produtivas de valor, legando cada vez mais ao passado sua forma improdutiva para se converter em parte integrante do processo de geração (produtiva) de valor (ANTUNES, 2018, p. 47).

Visto isso, o que temos no mundo, assim como no Brasil, é um processo crescente de proletarização dos assalariados dos serviços influenciados pelo capitalismo financeiro e pelo aumento da tecnologia nos ramos produtivos, compondo assim uma importante parcela da classe-que-vive-do-trabalho e constituindo a nova morfologia do trabalho.

O que temos visto é uma tendência global de expansão da terceirização no setor de serviços, intensificando a exploração e a extração de mais-valia. Os trabalhadores de setor são caracterizados por sua heterogeneidade na forma de ser (gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalização etc.) e homogeneidade de suas condições de trabalho, que na sua maioria é precária, sem direitos e sem regulamentação contratual (ANTUNES, 2019).

Os trabalhadores possuidores de CNPJ e MEI têm contribuído muito para a expansão desse setor, bem como os informais, sem nenhum registro “formal” e uma grande instabilidade. Dentro dessas modalidades de trabalho da nova morfologia do trabalho, o empreendedorismo vem ganhando destaque, de forma que, na concepção de Antunes (2018) os empreendedores seriam “uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo” (p. 34). Segundo este mesmo autor, “para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo o canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será” (p. 38).

Essas formas de trabalho são marcadas muitas vezes pela falta de horário fixo de trabalho e tempo determinado, já que o esforço pessoal e a dedicação ao seu empreendimento seriam a receita para o sucesso e a superação dos desafios encontrados pelos novos empreendedores. Nesse modo de trabalho, há também a incorporação muitas vezes da força de trabalho de familiares ou de subcontratados assalariados (ANTUNES, 2018), típicos da informalidade e da desregulamentação dessa modalidade.

O empreendedorismo “cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa (ANTUNES, 2018, p. 76)”. Essa nova modalidade tem sido disseminada no discurso dominante se expandindo por toda a sociedade, desde os mais

jovens até os mais velhos, mesmos os aposentados, como forma de se manter empregado, contribuindo com o capital dentro das cadeias produtivas através da inovação ou na falta de empregos, como uma alternativa ao desemprego pelo autoemprego.

O projeto do histórico do capital que impõe os indivíduos as incertezas do mercado e a necessidade do envolvimento como saída para se manter empregado, bem como para garantir suas condições materiais de existência e sobrevivência, tem no empreendedorismo uma nova saída para a sua reprodução e sociabilidade burguesa, engendrando um consenso social reprodutor dos interesses burgueses e da acumulação de capital.

Nesse contexto, o que vem ocorrendo também é uma crescente expropriação do tempo em todos os momentos da vida, muito além do tempo de trabalho, pois o tempo de não trabalho se volta para atividades mercantilizadas ou para aumento da renda, devido às baixas remunerações.

Desta forma, “o que vivemos hoje é a plena “subsunção da vida ao capital”, o que significa que todos os aspectos da vida foram mercantizados e submetidos à tirania do tempo abstrato” (CANTOR, 2019, p. 48). E o empreendedorismo, seja ele desenvolvido por desempregados que forjam um autoemprego, ou empregados que procuram melhorar suas condições materiais através de empreendimentos individuais, ou mesmos os aposentados, vem intensificar a subsunção da vida ao capital, pois o empreendimento acaba se tornado o elemento central na vida dos indivíduos para sua existência, expropriando o tempo livre da classe trabalhadora.

Percebemos assim, que o empreendedorismo vai se tornando um potente reprodutor do modo de produção e da sociabilidade do capital, capturando a subjetividade dos indivíduos nas mais variadas fases de vida, bem como vem se tornando objeto de investimento da classe burguesa na formação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho.

Considerações Finais

Concluimos, portanto, que a Crise de 2007-2008, carrega elementos estruturais das crises capitalistas que levam a queda tendencial da taxa de lucro e ao desemprego estrutural. Especificamente a crise explicita a volatilidade do capital fictício e sua necessidade de bases materiais reais para se reproduzir, bem como revela a essência do Estado capitalista, Estado esse burguês, ao salvaguardar os interesses da classe dominante em tempos de crises, sejam elas econômicas, políticas ou sociais.

Na relação entre capital e trabalho, constatamos o aumento da exploração da classe trabalhadora para atender aos interesses burgueses, materializados em formas precarizadas e superexploradas de extração da mais-valia, resultando no aumento de subempregos, terceirização e informalidade, bem como no avanço da uberização, do trabalho parcial e do autoemprego, sobre a lógica do empreendedorismo.

Apontamos a necessidade de um projeto de sociedade construído pela união da classe trabalhadora em todos os continentes para superar a violenta exploração e desigualdade social imposta à classe trabalhadora pela ordem burguesa em todo o mundo. “Proletários de todos os países uni-vos” (MARX; ENGELS, 2005).

Referências

- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BELLOFIORE, R. La crisi capitalistica e le sue ricorrenze: una lettura a partire da Marx. **Fenomenologia e società**, v. XXIII, n. 4, p. 24-51, 2010. Disponível em: <<http://www.data.unibg.it/dati/persona/46/3905-Marx%20e%20la%20crisi%20-%20Bellofiore.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- CANTOR, R. V. A Expropriação do tempo no capitalismo atual. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COGGIOLA, O. **A crise (2007-2012): lineamentos para uma abordagem global**. Mimeo. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/8620677/A_Crise_Mundial_2007-2012>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- DIEESE. Contratos intermitentes na gaveta. **Boletim emprego em pauta**, n. 14, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta14.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020
- GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-116.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- HARVEY, D. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MAEDA, P. Contrato zero-hora e seu potencial precarizante. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAGALHÃES, R. M. C. **O processo histórico de construção do currículo mínimo de educação física do estado do Rio de Janeiro:** da elaboração à implementação. Juiz de Fora-MG. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9322/1/ramonmendesdacostamagalhaes.pdf> Acesso em: 22 de ago. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁRIOS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROQUE, L. **Como ocorreu a crise financeira americana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

O trabalho e a educação a serviço das mutações do capitalismo brasileiro de 2000-2020

Isaac Ferreira Cavalcante*

Introdução

Esta investigação está organizada em três momentos. A primeira consiste em revisão da literatura que busca explicações sobre os diversos aspectos da variação e composição da formação do sistema de produção capitalista e quais os possíveis desdobramentos e mutações no interior dos setores que o compõem.

Em um segundo momento buscou entender as mutações no sistema capitalista, que para isso foram analisados dados específicos do Ministério da Economia do Brasil, em especial os que tratam da composição e distribuição da força de trabalho por setores da economia brasileira.

E em um terceiro momento é observada a realidade brasileira a partir da análise da distribuição da força de trabalho conforme sua escolarização, durante o período de 2009 a 2018.

Os primeiros resultados que foram encontrados indicam que o capital está permanentemente em movimento e em mutações que se expressam em sua aparência e essência. Essas alterações no capital levaram a novos setores econômicos a terem um papel de destaque, sendo protagonistas para impulsionar e dar sobrevida ao moribundo capital.

Neste mesmo sentido essas metamorfoses também ocorreram na composição da força de trabalho. Para este, o alto nível conhecimento formal tem sido indispensável na ocupação dos postos de trabalho, onde nos últimos anos o maior crescimento relativo tem sido de trabalhadores com educação superior.

* Sociólogo. Bacharel em Ciências Sociais e Licenciatura em Sociologia. Especialista em Docência na Educação Superior. Mestre em Ciência Política - UFPI. Membro do NUDEP - Núcleo de Pesquisa sobre Desenvolvimento e Pobreza da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Brasil.
E-mail: cavalcanteif@ufpi.edu.br

Mutações nas faces do capitalismo

Ao longo da formação humana há uma busca constante para aperfeiçoar os instrumentos utilizados na produção de capacidades de sobrevivência. Uma parte dos aprimoramentos foi produzida por indivíduos que em grande medida fizeram por necessidade e lapsos de reflexão instintiva, e menos por curiosidade científica. Ao passo que, ao lapidar suas ferramentas com o intuito de garantir sua prosperidade e vida longa, mesmo sem saber, suas ações estavam contribuindo para transformar não só suas ferramentas, mas o próprio homem e o mundo ao seu redor (ENGELS, 1999).

Assim tem sido a jornada humana que em sua trajetória fez emergir momentos de insight de criações e reflexões, que a levou a novas descobertas e construção de ferramentas capazes de gerar mais qualidade, agilidade, redução do tempo de produção e mais valor agregado. Assim sendo, o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho no campo, por meio do cultivo de alimentos, a domesticação de animais, o uso de bois com arado, etc. Tais percursos ocorrem no espaço urbano de maneira semelhante, que por meio da indústria há a produção de concentração da força de trabalho humana, o uso de maquinário, muito esforço repetitivo na produção em série, resultando em uma nova paisagem urbana e sua proletarização (BEAUD, 1987).

Na produção houve outra maneira de organizar e pensar a sociedade, levando-a doravante a profundas modificações na forma de pensar, agir, ocupar os territórios, as cidades, além da formação de variadas relações sociais e institucionais, de atores no espaço da política e o surgimento de novas categorias organizadas e em disputa sobre os rumos da sociedade (burguesia e proletariado) no início do capitalismo industrial (DOBB, 1983; HARVEY, 2010).

Com o gradativo desenvolvimento das formas de labor e a constância na criação e aperfeiçoamento dos instrumentos do trabalho, a sociedade presenciou o surgimento de equipamentos que indubitavelmente retiraram uma parte dos pesados serviços dos ombros dos trabalhadores. Invenções, tais como: a máquina a vapor, o automóvel, o trator, o rádio, a máquina de lavar roupa, a televisão, o computador, o telefone etc. E as inovações persistem com os mais recentes produtos de teleconferência, vídeo chamada, robótica, leitura virtual, relações bancárias, jurídicas, comerciais, educacionais etc., se espalham por meio do ambiente virtual a *Internet* (REICH, 1994).

Para Antunes (2018), o avanço do trabalho não material ou as chamadas atividades virtuais sempre terão conexão com o trabalho material, um exemplo, são os utilizadores do aplicativo UBER, cujo trabalhador estabelece relações de contrato flexíveis no qual é obrigado a assumir os custos da compra, manutenção e riscos da oferta do serviço de

transporte de seus clientes por meio de um automóvel (ANTUNES, 2018, p. 35). O autor Alain Bihr (1998) indica que tais transformações nas relações de capital e trabalho têm aumentando a flexibilização ao usar do modelo de terceirização das empresas, trabalhadora em tempo parcial, temporário e estagiários (BIHR, 1998, p. 85)

Estas transformações sociais seriam inviáveis sem o trabalho e a curiosidade humana. O trabalho para transformar as matérias brutas em pérolas que satisfaçam a vontade de consumo e possam auferir lucros, e a curiosidade científica capaz de modelar os protótipos, corrigir imprecisões e devolvê-los prontos para ser consumível. Conforme De Masi (1999), as mudanças no formato do labor, levariam a sociedade a uma situação em que a classe trabalhadora teria mais tempo livre para a prática do ócio criativo. Outra mudança significativa seria na forma de pagar pelo trabalho. No caso da Itália o trabalho realizado já pode ser pago por meio de *Voucher*, ou *Recibos Verdes* no caso de Portugal, isso é uma forma encontrada de substituição do salário o que origina a precarização do labor (ANTUNES, 2018, p. 35).

Em relação ao comércio eletrônico no Brasil, até o ano de 2000, registrou uma movimentação aproximada de R\$ 50 bilhões em suas transações comerciais, circulação dos produtos e serviços por meio do ambiente virtual (TAKAHASHI, 2000). Em 2020, é comum termos robôs e máquinas auxiliando na realização das mais complexas e delicadas cirurgias, permitindo uma [...] visão tridimensional com zoom, o incremento da destreza, a minimização dos movimentos, a possibilidade da tele-cirurgia, a eliminação do tremor do cirurgião e uma melhor ergonomia (DE MAGALHÃES, 2015, p. 78).

Essas variações na forma de produção com uso de novas tecnologias, [...] impõem mais esforço, mais atenção, mais regularidade, mais rapidez, mais eficiência, pois, afinal, não se pode perder um só instante do tempo de trabalho (MENEGETI; SAMPAIO, 2016, p. 140).

Neste caminho há alterações na composição dos atores do trabalho, o que passou a ser chamado de desemprego estrutural ou reestruturação da força de trabalho, o que teve como consequência altas taxas de desemprego, intensificação do ritmo de trabalho, parcialização dos contratos de trabalho, exigência de educação superior, graduação ou cursos tecnológicos, além dos sintomas de angústia, medo, sobre a durabilidade e capacidade real de ganhos salariais (LARANJEIRA, 2000; RIFKIN, 1995).

Essa realidade, sobre a qual a força de trabalho esperada no mercado esteja com a qualificação adequada, no contexto brasileiro, tem sido objeto de investigação dos mais variados pesquisadores. Um dos primeiros movimentos nesse sentido ocorre em

23 de setembro de 1909, no Estado brasileiro, através do Decreto nº 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, cria uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices (BRASIL, 2008).

Para Cunha (2005), na história do trabalho industrial no Brasil, a educação pública tem obtido avanços na medida em que há uma necessidade oriunda das demandas do mercado. Na industrialização brasileira, o poder público desenvolve leis específicas, para garantir a formação de uma classe de operários escolarizados, por meio da lei orgânica do ensino industrial em 1942, inserida no projeto econômico de modernização estabelecido para o país com objetivo de formar profissionais com educação técnica, com a capacidade de contribuir no contexto econômico em desenvolvimento, MACHADO (2012).

No fim da década de 1990, o poder público federal, em parceria com os diversos atores sociais, desenha o que se convencionou chamar de Plano Nacional da Educação - PNE, tendo como uma das suas metas para executar entre 2001 a 2010, a realização de:

- i) A elevação global do nível escolaridade da população; ii) A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; iii) A redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e, iv) A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais” (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p. 16).

A importância da educação não está apenas na esfera governamental local como uma política pública a ser desenhada e aplicada. Essa é uma demanda que está acima do território nacional e dos poderes locais, pois em todas as partes do globo têm ocorrido mudanças nas relações políticas, econômicas, culturais e sociais, e essas alterações têm exigido mais conhecimento de todos. Como afirma Gadotti (2000), estamos na era do conhecimento, e que sobre isso, vejamos o que esse autor diz em seu artigo sobre as *Perspectiva atuais da Educação*.

As novas tecnologias permitem acessar conhecimentos transmitidos não apenas por palavras, mas também por imagens, sons, fotos, vídeos (hipermídia), etc. Nos últimos anos, a informação deixou de ser *área* ou especialidade para se tornar uma *dimensão* de tudo, transformando profundamente a forma como a sociedade se organiza. Pode-se dizer que está em andamento uma *Revolução da Informação*, como ocorreram no passado a *Revolução Agrícola* e a *Revolução Industrial* (GADOTTI, 2000, p. 7).

A necessidade existente por melhor qualificação dos recursos humanos é uma demanda da economia e parte das lutas sociais e aspiração da população, que acredita que os indivíduos mais educados formalmente têm mais possibilidades de conseguir os melhores empregos e melhores rendas (POCHMANN, 2000; SCHWARTZMAN, 2013).

Em geral é muito recorrente a relação entre as transformações do mundo do trabalho e o tipo de trabalhadores necessários para acompanhar as mudanças no interior dos ambientes de criação, produção e circulação de bens e serviços. Para o capital desenvolver no seu início, à medida que se programam inovações técnicas poupadoras de mão de obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantém por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos empregos (MARX, 1996).

O objetivo desta exposição contribui na contextualização da presente investigação e demonstra a importância do tema ao longo das formações sociais no tempo, diante das mudanças que são permanentes na composição do mundo do trabalho e no nível formal da escolarização exigida da força de trabalho. Essas modificações e a significância da educação formal na composição do perfil dos trabalhadores ativos no Brasil serão analisadas nos resultados encontrados nos dados sobre as recentes migrações da força de trabalho do setor industrial que gradualmente tem ido para setor de serviços e na alteração na escolarização formal da força de trabalho.

Migração da força de trabalho do setor industrial e administrativo para o de comércio e serviços

Para compreender as mudanças no modelo de produção econômica em curso e a ocorrência de modificações na composição da força de trabalho no Brasil, torna-se indispensável verificar como tem se comportado o mercado de trabalho brasileiro por meio dos seus setores, em particular na absorção de empregos formais e quais os setores econômicos que têm o maior contingente de assalariados ao longo do tempo, qual sua escolaridade, faixa etária, renda etc.

Como uma pequena amostra significativa das novas tendências na produção, apresentamos no *Gráfico 1*, a seguir, em um intervalo temporal que vai de 2000 a 2020 do total de empregos formais criados distribuídos por sete setores da economia brasileira, os setores econômicos aplicados são os mesmos utilizados como parâmetros pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, do qual será examinado.

Para efeito de melhor compreensão os setores serão descritos em sete grupos: 1) Serviços Industriais de Utilidade Pública, 2) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, 3) Construção Civil, 4) Administração Pública, 5) Indústria geral (transformação, extrativista), 6) Comércio e 7) Serviços.

Nesta análise o primeiro grupo escolhido é o de Serviços Industriais de Utilidade Pública, neste campo econômico os números indicam 1,1% a menor no ano de 2000 e 3% de participação em 2020, ou seja, um crescimento em 2% no total de força de trabalho contratada.

No grupo dois a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca os dados indicam 4,1% no ano de 2000 e uma queda para 3,3% de participação em 2020, ou seja, uma redução 0,8% no total de força de trabalho contratada, representando no mínimo o desemprego neste setor.

No grupo três a Construção Civil, os dados indicam 4,2% no ano de 2000 e um crescimento para 4,9% de participação em 2020, ou seja, um salto positivo neste duas décadas, este setor tem como principal objetivo a construção de casas, apartamentos, estradas etc. A princípio esses dados sinalizam, que temos mais pessoas com suas casa e prédios construídos, resta saber se essa variação contribui para reduzir o déficit habitacional e se tem estradas mais seguras e preservadas.

O quarto grupo é a Administração Pública, este setor econômico que por sua natureza social, como reza a constituição do Brasil é dotado de múltiplas funções, entre elas, a garantia de direitos individuais e coletivos, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, etc. (BRASIL, 2012, p. 11), do ponto de vista econômico cabe a esse setor criar todas as regras das relações formais do mercado, seus atores na produção capitalista.

Os dados relativos ao ano de 2000 indicam que o setor da Administração Pública contava com 22,4% dos trabalhadores formais no Brasil, para o ano de 2020 a soma de todos os funcionários é representa 11%, o que leva a uma variação negativa de -11,4% em 20 anos. Ou seja, uma redução em sua participação geral, significa principalmente a redução ao funcionalismo público, assim como a possibilidade de não ter garantias da aplicação de um conjunto de direitos do cidadão, por falta de contratação de recursos humanos por parte do poder público. Essa redução, também explica a falta de vagas em universidades, longas filas nos atendimentos em serviços de saúde, anos de espera em pedidos de aposentadorias, faltas de creches públicas, altas no desemprego etc.

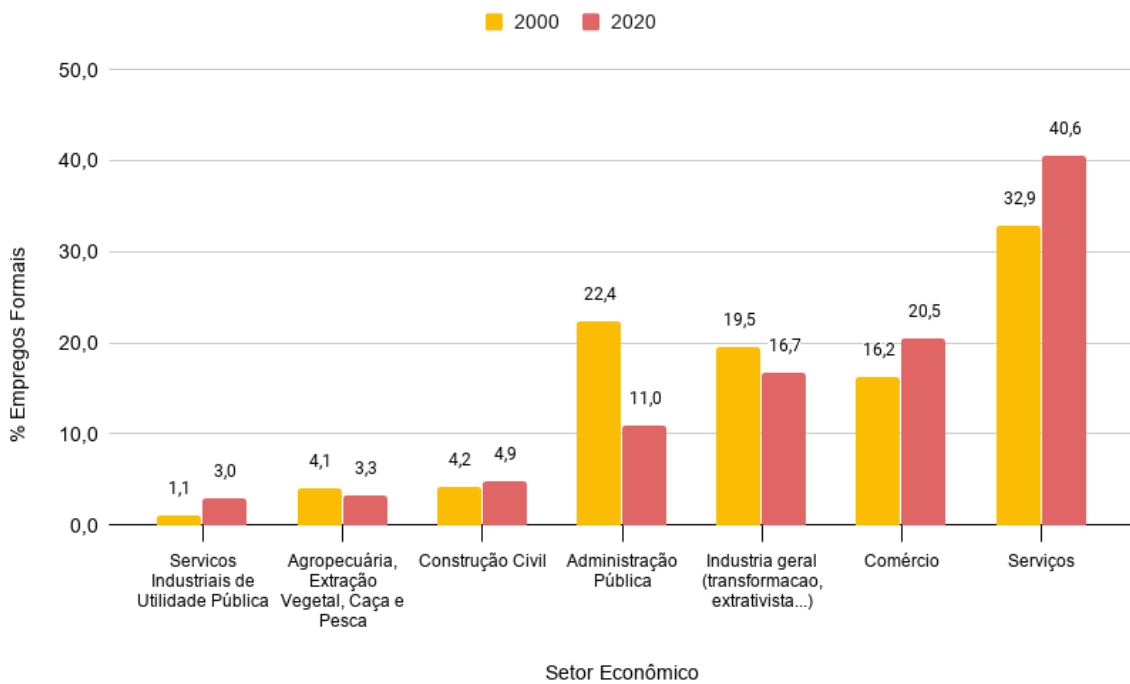


Gráfico 1 - Empregos formais por setor econômico no Brasil de 2000 - 2020 (%)

Fonte: O autor (2020). Dados extraídos do MTE- 2020.

O grupo cinco é formado pelo setor econômico da Indústria Extrativista e da transformação, ambas responsáveis uma por extrair da natureza as matérias primas, e a outra por sua lapidação. Ou seja, extração de ferro, metais, rochas, petróleo, gás natural, madeira, borracha etc., que como resultado da manipulação e exploração de força de trabalho, matérias-primas e fontes energéticas, bem como a transformação de produtos semiacabados em bens de consumo, para a transformação em uma série de itens que encontramos na maioria dos estabelecimentos do varejo, tais como: Eletrodoméstico, Eletroeletrônico, Automóvel, Roupas, Combustível, Papel, Remédios, Microcomputadores, cosméticos, alimentos processados etc.

Esse setor, no ano de 2000 explorou o suor de 19,5% das chefes de família que vivem parte de sua vida dedicadas ao labor industrializado, e para o seu funcionamento no ano 2020, os dados registrados de empregos formais nesse setor, reduziram para 16,7%, o que leva a uma variação negativa de -2,8% em seus quadros. Como explicar a constante criação de novos bilhões de produtos deste setor às suas chegadas nas prateleiras, se há queda em sua força de trabalho nos últimos 20 anos?

Pela variedade de criações realizadas na Indústria de Transformação, é possível que se tenha dúvida sobre como é possível ter uma incontável quantidade de produtos

com a uma redução no número de trabalhadores que destinam parte de sua vida útil a esta atividade econômica? Como resposta mais imediata podemos citar, que os autores Beaud (1987), Taylor (1990), Reich (1994) e Marx (1996), em seus respectivos livros, buscam explicar esse “milagre”, como obra da utilização de máquinas e tecnologias de alta capacidade cognitiva, que em resumo, dizem os autores, que o uso de máquinas e equipamentos aperfeiçoados exigem um menor número de operadores e uma maior capacidade cognitiva para usar os novas ferramentas de trabalho, e que os aperfeiçoamentos das ferramentas de trabalho, leva ao aumento relativo da capacidade de exploração das forças produtivas, onde com menos trabalhadores e máquinas mais “inteligentes”, se reduz o tempo de produção social de uma mercadoria.

No sexto grupo selecionado está o setor do Comércio, para este ramo econômico, sua principal função é fazer circular os bens criados no grupo cinco. Que em resumo trata se da venda e compra dos bens resultados da industrialização. Os dados de 2000, indicam que o setor do comércio contava com 16,2% de funcionários dedicados a circulação, distribuição e comercialização direta dos produtos acabados para seus consumidores finais, já em 2020 chegou a 20,5%, o que leva a uma variação positiva de 4,3% em 20 anos.

Este setor econômico se destaca por ser o 2 principal empregador do Brasil. O que não quer dizer que este seja o 2 melhor lugar para se trabalhar, porque em geral neste trabalho as jornadas de trabalhos são bastante cansativas, com baixa remuneração, assédio moral e sexual, não pagamento de horas extras, basta ver os relatos dos boletins sindicais para constatar triste realidade (CONTRACS, 2020; CNTC, 2020).

Para finalizar o sétimo grupo, temos o setor de Serviços, cujos produtos são bens intangíveis, tais como: serviços de transporte, auxiliar dos correios, manutenção e reparos, profissionais administrativos, informação, comunicação, planejamento, marketing, relações-públicas, designer etc. Neste setor da economia, no ano de 2000 os dados registram o total de 32,9% em relação a todos os trabalhadores formais estão neste setor, já para o ano de 2020, 40,6% de funcionários, do qual obtemos uma variação de 7,7%, em números absolutos são 9.718.599 milhões de trabalhadores de bens intangíveis, o que leva esse setor a ser o 1o no ranking dos setores econômicos brasileiro com maior salto de trabalhadores em 20 anos.

O que há neste setor que o diferencia dos demais e por que tem um crescimento na taxa de empregabilidade? O setor de serviços é composto principalmente de serviços de informação e comunicação, atividades: financeiras, de seguros, imobiliários, científica, técnicas, etc. (IBGE, 2020).

Por fim, o *Gráfico 1* colabora para demonstrar as variações dos setores econômicos do Brasil, conforme os dados extraídos do MTE, no intervalo de 20 anos, entre 2000 e 2020, o que leva a constatação de uma nova fisionomia da força de trabalho cuja maior concentração está em 1º lugar no setor de Serviços, e em 2º o setor Comércio, com crescimentos positivos. Já o 3º e 4º lugares, em percentual de força de trabalho, o setor da Indústria da Transformação e da Administração Pública mantêm estas posições, mas têm saldos negativos.

Esse constante deslocamento da concentração de trabalhadores para o setor de Serviços e Comércio, uma parte pode ser explicada pelas condições objetivas das mudanças das relações de produção, cujas principais características é a necessidade de profissionais cuja capacidade, é a de resolver problemas, apresentar soluções e maximizar a satisfação dos consumidores, na perspectiva de crescimento de capital, conforme, Reich (1994; 2000), Rifkin (1995) e De Masi (1999).

Esse deslocamento do capital é acompanhado por outra variável muito significativa que é a escolaridade formal dessa força de trabalho conforme veremos na seguinte seção.

Escolarização da força de trabalho

As transformações internas no modo de produção do capital exigem que, a força de trabalho que é responsável para a criação de mais valor excedente, tenha um novo perfil que esteja em condições de dar respostas às suas novas exigências neste novo ambiente de produção e geração de mais capital, onde o conhecimento passa a ser uma característica que produz uma maior vantagem competitiva na criação e eficiência produtiva.

Essa variação do perfil dos trabalhadores no qual se exige mais conhecimento para melhor desempenho de capital, pode ser observado em uma parte da força de trabalho brasileira, para aqueles que têm vínculo trabalhista formalizado. Conforme é apresentado no *Gráfico 2*, com dados coletados no site do ministério da economia na base de dados da RAIS. A informação é composta de uma síntese da variação relativa em porcentagem dos empregos formais de acordo com a escolarização entre os anos de 2009 e 2018.

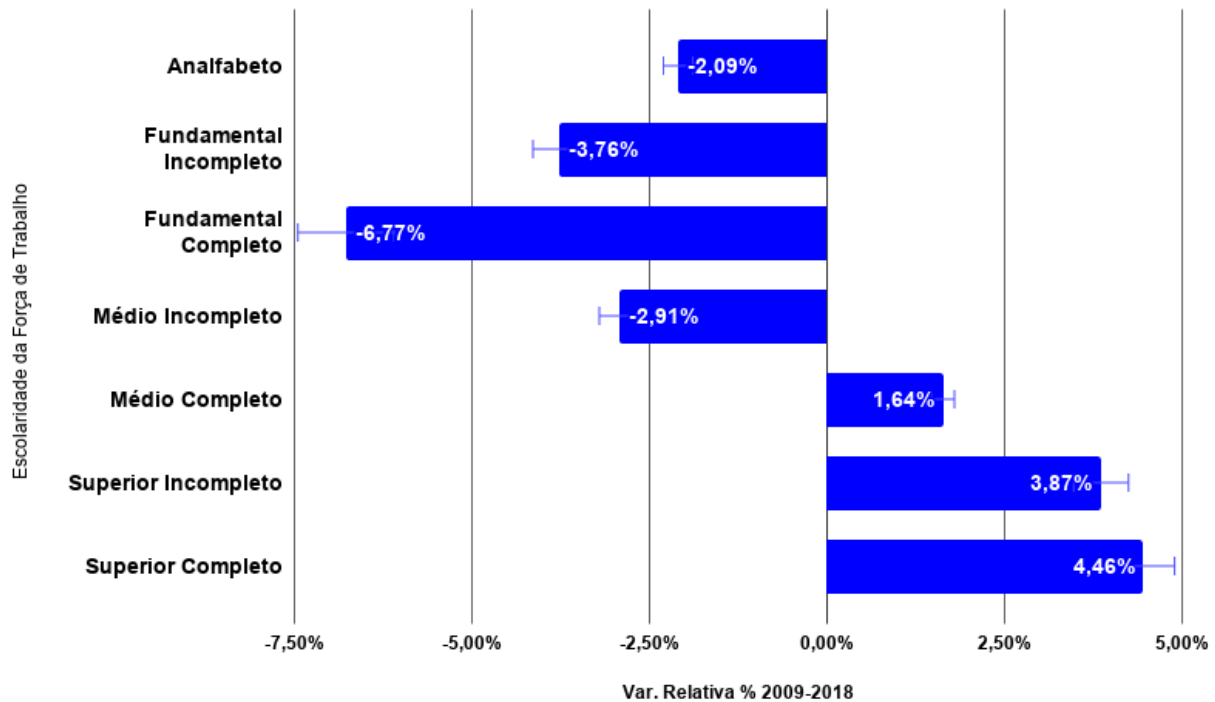


Gráfico 2 - Variação relativa da escolarização da força de trabalho formal entre 2009 - 2018 (%)

Fonte: O autor. Dados extraídos do RAIS - 2019.

Os dados apresentam basicamente dois grupos: o primeiro composto da força de trabalho com baixa escolaridade e o segundo grupo com alta escolaridade.

O primeiro grupo composto da força de trabalho com baixa escolaridade, os dados indicam que temos uma distribuição de escolarização da força de trabalho formal onde sua variação entre 2009 e 2018 é: Analfabeto -2,09%, com ensino fundamental incompleto -3,76%, com ensino fundamental completo -6,77 e com ensino médio incompleto 2,91%. O que os dados indicam é que tivemos entre os dez anos em análise uma variação negativa para esse perfil de escolarização para empregos formais.

Para o segundo grupo composto da força de trabalho com alta escolaridade, os dados indicam que temos uma distribuição de escolarização da força de trabalho formal onde sua variação entre 2009 e 2018 é: com o ensino médio completo 1,64%, para o nível superior incompleto 3,87% e com ensino superior completo 4,46%. Em outras palavras a variação positiva do perfil da força de trabalho, ou seja, sua escolarização para com alta escolaridade, tem representado a nova característica que compõem a força de trabalho brasileira na acumulação do capital.

Essas informações contidas no Gráfico 2, contribuem para confirmar uma tendência em curso no processo de estruturação e expansão do capital na qual o conhecimento, e a alta escolarização da força de trabalho juntamente com uso intensivo de novas tecnologias no espaço do trabalho, passa a ser indispensável para o capital obter mais fôlego e sobrevida.

Considerações finais

Ao longo da trajetória de criação, expansão, consolidação e ressignificação do modelo de produção capitalista, este tem mantido uma forte dependência na existência de um elemento sem o qual não há o seu funcionamento, que é o trabalho humano. Sem a força de trabalho viva o capital não é capaz de mover um único grão de areia para gerar mais capital, sem o trabalho humano não há futuro capitalista, independentemente de sua fisionomia. Por outro lado, podemos pensar quais as possibilidades de que todos os frutos do trabalho humano, possam existir sem a presença do capitalista? Para a maioria dos teóricos do socialismo a resposta é sim, é possível gerar capital sem capitalista, resta aos trabalhadores criar as condições materiais objetivas de nova realidade.

Em relação às observações empíricas realizadas nesta investigação os resultados demonstraram que:

1) As novas relações de produção capitalista se desenvolvem utilizando para sua materialização de ferramentas dependentes de alta capacidade de conhecimento, informações especializadas e equipamentos que virtualizam essas transações de compra, venda e armazenamentos de bens intangíveis, produtos virtuais de alto valor e muito capital.

2) A Maior concentração de força de trabalho humana e relações de produção capitalista está no setor de serviços e comércio no Brasil até o ano de 2020.

3) Até 2020, 40% das trabalhadoras tem no mínimo uma educação superior e representam 1 a cada 3 dos trabalhos formais no Brasil, e o principal setor econômico de atuação é o de Serviços e Comércio, equivalente a 70% de todos novos empregos criados nos últimos vinte anos.

Nesta primeira investigação não foram apresentadas as consequências do novo perfil das relações de produção capitalista nas últimas décadas. Mas registramos que os impactos dessas alterações têm provocado uma infinidade de tensões negativas para a os vendedores de força de trabalho. Que em muitas situações são obrigados a aceitar

condições de trabalho com perdas de direitos e momentos desagradáveis provocado pelos capitalistas e apoiado por boa parte do poder público com leis contra o povo e seus direitos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1987.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho. **Mapa do emprego formal**. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/index.php/caged>>. Acesso em: 05 set. 2020.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. Scielo-Editora UNESP, 2005.

CNTC. Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. **Pauta de reivindicações**. Disponível em: <<https://www.cntc.org.br/?noticias=aprovada-a-pauta-de-reivindicacoes>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CONTRACS, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.contracs.org.br/noticias>>. Acesso em: 10 set. 2020.

DE MASI, Domênico. **O Futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Brasília: Edunb, 1999.

DE MAGALHÃES, João Luiz. Alguns aspectos bioéticos relativos à cirurgia robótica no Brasil. **Revista Internacional de Humanidades Médicas**, Madri, v. 4. n. 1, 2015.

DOBB, Maurice Hebert. **A evolução do Capitalismo**. Tradução de Manuel Guimarães Filho, Sergio Goes de Paula. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1876. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/index.htm>>. Acesso em: 14 set. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 03-11. ISSN 1806-9452. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>. Acesso em 15/09/2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Serviços - PMS**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

LARANJEIRA, Sônia Maria Guimarães. As Transformações do Trabalho no Mundo Globalizado. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 14-19, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a02.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

MACHADO, Maria Lucia Büher. Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3302012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2017.

MENEGHETTI, Gustavo; SAMPAIO, Simone Sobral. A disciplina como elemento constitutivo do modo de produção capitalista. **Rev. Katálysis [online]**, v. 19, n. 1, p. 135-142, 2016.

POCHMANN, M. O Brasil e a nova desindustrialização. **Contee/Artigos e opiniões**. 2011. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art648.asp>>. Acesso: 09 jun. 2016.

POCHMANN, M. Trabalho e Formação. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso: 09 jun. 2017.

POCHMANN, M. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 6, jan./jun. 2000. p. 48-69. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/1641/1242>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Cláudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-623, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2017.

REICH, Robert. **O trabalho das nações**: preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo: Educator, 1994.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregados e a redução da força de trabalho global. São Paulo: Makron Books, 1995.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Mini da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000.

A Educação do Campo como Resistência Camponesa ao Sistema Capitalista

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes*

Maria Alyne Alves de Souza**

Introdução

A Educação do Campo no Ceará hoje, encontra-se cada vez mais sólida. Resultado de muita luta, esta modalidade é uma forma de resistência dos camponeses cearenses ao sistema capitalista, que desde a década de 1970, se faz no campo brasileiro com mais força e intensidade.

No entanto, isto não significa dizer que a luta chegou ao fim, pelo contrário, ela sempre continuará, pois, estes povos continuam resistindo, inclusive para defender o que foi conquistado tanto na educação como em outras frentes que ainda não obtiveram o sucesso buscado.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo, analisar como a Educação do Campo contribui no processo de resistência do campesinato no estado Ceará. Sendo o tema de grande importância, para que se conheça seu processo histórico que foi se construindo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST, vem tentando mudar a realidade de muitos jovens, que se deslocam diariamente do campo até a cidade para conseguirem estudar. Além disso, o Movimento busca a conquista de escolas que sejam construídas no campo, com e para a comunidade camponesa, com os conteúdos voltados ao cotidiano e vivência dos alunos, tendo em vista que os conteúdos aplicados nas demais escolas não são direcionados a cultura camponesa.

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, e Especialista no Ensino de História e Geografia pela Faculdade Kurius - FAK. Graduada em Geografia. Professora credenciada no Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA.

E-mail: vanessafxgeo@gmail.com

** Graduada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2019). Discente do Mestrado Acadêmico em Geografia- MAG pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA em Sobral-CE.

E-mail: mariaalinealvesdesouza@gmail.com

Desta forma, o presente artigo vem tratar inicialmente da inserção da tecnologia no campo e de algumas características do campesinato, posteriormente, é abordado as relações entre o trabalho e educação. Também foi enfatizado de forma sintetizada a trajetória da educação do campo do MST no estado do Ceará.

Para a realização deste trabalho usamos da pesquisa qualitativa e da pesquisa bibliográfica. Neste sentido, este trabalho teve apoio teórico em autores como: Araújo (2012), Caldart (2012), Diniz (2009), Elias (2005), Fernandes (1996; 2000; 2013), Freire (1981), Gil (2002), Magalhães (2017), Mészáros (2008), Oliveira (2018), Oliveira (2001), Ribeiro (2014), e ainda Ximenes (2015).

Contradições entre capitalismo e o campesinato

O século XXI é marcado pelas altas tecnologias, modernos equipamentos, voltados à produção acelerada em prol do lucro. Esta é a lógica do sistema em que vivemos, o capitalismo, sendo sua intensificação no campo um dos processos em curso (ELIAS, 2005, p. 429). Concordamos com Caldart (2012, p. 21), quando afirma que

O capitalismo, sistema social ainda hegemônico no mundo, vem se mostrando cada vez mais desumanizador e cruel em sua lógica. Por isso, estão de volta as grandes questões sobre nosso destino enquanto seres humanos, enquanto modelo de sociedade, enquanto projeto de país, de pessoas concretas.

Ele quer estar em toda parte e em todo momento, e no campo não seria diferente, sendo que na sociedade capitalista, a propriedade privada tem um valor supremo, acima de qualquer outro, inclusive da vida humana (CALDART, 2012), sendo esta, uma situação revoltante. Para viabilizar a inserção do capitalismo no campo, como aponta Ximenes (2015), o Estado institui no início do século XX políticas de intervenção, sendo elas,

[...] através da criação de órgãos; programas; planos e projetos, os quais se mostrarão importantes aliados na proposta de maior controle territorial e transformação espacial, cuja realização se dará por meio de ações planejadas ou não, porém todas organizadas segundo os moldes capitalistas, principais diretrizes destas políticas.

Dessa forma, concordamos com Fernandes (1996) quando afirma que, a luta pela terra é também uma luta contra o capital que expropria e explora o camponês, sendo ele, um sistema extremamente desigual e contraditório.

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta pela essência do capital: a expropriação e a exploração. Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o salário assalariado não é a única via (FERNANDES, 1996, p. 53).

No entanto, desde o século passado a inserção do capitalismo no campo tem se intensificado, principalmente a partir da Revolução Verde¹ que aconteceu no século XX, quando foram propostos novos métodos na produção agrícola, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012), sendo ela uma grande aliada do agronegócio e do atual sistema, visto que, este pacote tecnológico faz com que o agricultor fique dependente na produção agropecuária. Além disso,

[...] a agricultura moderna passou a ter como principal corrente a Revolução Verde, difundida por governos, organismos internacionais, universidades, centros de pesquisas agropecuárias e pelas empresas produtoras de insumos (sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e agrotóxico), tendo como suporte financeiro o Banco Mundial e o Banco Interamericano (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012).

Desta maneira, há uma aceleração no processo de modernização no campo, no entanto esta realidade se adequa apenas as grandes propriedades que recebem maiores investimentos dos governos. Já os camponeses, em sua maioria não têm acesso a tais tecnologias, e quando tem é por meio de cooperativas, neste sentido, para Bernardelli os privilegiados de tecnologias e inovações são os que concentram maior quantidade de terras, pois para o mesmo, as

[...] mudanças se processam de forma diferente em áreas de grandes e pequenas propriedades: o acesso e a possibilidade de utilização de modernas tecnologias, o acesso ou não acesso e a possibilidade de utilização de modernas tecnologias, o acesso ou não acesso ao crédito e financiamento da produção relativa à política agrícola, os produtos agropecuários privilegiados, as formas, tipos e relações de trabalho articulam-se entre si como determinantes dessa dinâmica (BERNARDELLI, 2006, p. 47).

Ser camponês não é ir contra as novas tecnologias, mas, ir contra a desigualdade tecnológica existentes. São contra, ao que prejudica a sociedade e a natureza. Para

¹ A Revolução Verde é a penetração do capitalismo no campo, surge com o objetivo de aumentar a produção agrícola e a obtenção do lucro, para isso são realizadas modificações genéticas em sementes, precisando assim, de diferentes solos e climas com o propósito de que resistam às doenças e pragas.

Vieira (2019, p. 144), “do ponto de vista teórico-conceitual, o camponês compreende uma categoria socialmente construída e uma interpretação tempestiva só pode ocorrer dentro de contextos históricos e políticos específicos”. Para Oliveira (2001, p. 49), é importante lembrar que

[...] no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, particularmente no que se refere à agricultura, foi o próprio capital que instituiu a apropriação camponesa da terra, como consequência evidente da crise do trabalho escravo. Portanto, a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital, o que vale dizer, o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país.

A inserção das tecnologias no campo não faz com que os agricultores percam a identidade de ser camponês, visto que os camponeses resistem, criam estratégias para não se proletarizarem e, assim, resistem a imposição do capital (DINIZ, 2009). E dessa forma o campesinato brasileiro vai se reinventando e resistindo ao sistema. Assim como Elias (2005, p. 456), também acreditamos que:

[...] a resistência do sertanejo, dos homens e mulheres simples cujos modos de vida ainda são marcados pela forte vinculação com a natureza, cujos cotidianos são repletos por mitos, símbolos e rituais relacionados à caça, à agricultura, à coleta, abrirão novos caminhos, auxiliados pela empirização da totalidade. Naturalmente isso não significa desprezar os avanços do conhecimento e da técnica, mas utilizá-los em benefício de todos e não somente de uma parcela ínfima, a dos privilegiados, como bem mostra a realidade de hoje.

No entanto, mesmo sem ter acesso à modernas tecnologias, é o campesinato quem fornece alimentos aos brasileiros, visto que, abastecem o mercado interno, enquanto o agronegócio o mercado externo. Apesar de poucos investimentos a agricultura camponesa consegue produzir uma grande diversidade de alimentos, como podemos observar nos dados pesquisados por Fernandes no senso de 2006, onde o mesmo afirma que:

Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi de 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do censo de 2006 (FERNANDES, 2013, p. 203).

Nesse contexto, vale ressaltar que, para o campesinato, a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio é somente lugar de produção (FERNANDES, 2013). Assim a terra é muito mais que uma propriedade, é lugar de vivências e convivência, de movimento, alegrias, de trabalho e aprendizado.

O trabalho na terra do camponês e do capitalista

É muito importante enfatizar a importância do trabalho para o camponês, visto que, este faz parte do cotidiano do mesmo, sendo ele realizado principalmente em terra de trabalho, pois, quando o capital se apropria da terra, esta, se transforma em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho (MARTINS, 1991). E o que podemos observar a partir das informações obtidas por Fernandes, é que grande parte das terras brasileiras são terras de negócio, sendo o Brasil,

[...] um dos mais importantes países agrícolas do mundo. Do total de sua extensão territorial, 330 milhões de hectares foram utilizados pela agropecuária, no período de 1996 a 2006, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. Essa área agricultável chegou a 375 milhões de hectares no período de 1975 a 1985, o que significa que o Brasil tem utilizado entre 39% e 44% de seu território para a produção agropecuária, que representam uma das maiores áreas agricultáveis do mundo (FERNANDES, 2013, p. 203).

Dessa maneira, podemos observar muitas terras com potencial para serem usadas na produção de alimentos por centenas de famílias, são usadas para pastagens de animais, beneficiando apenas os grandes proprietários. Neste sentido, Fernandes (2013, p. 203) esclarece que:

A persistente desigualdade territorial rural fica ainda mais evidente quando comparamos a agricultura camponesa com o agronegócio. O censo registrou 5.175.489 estabelecimentos, dos quais 84,4% (4.367.902) são unidades familiares e 15,6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas era de 249.690.940 hectares.

Por isso a luta camponesa, com as ocupações das terras são tão importantes, tendo em vista que, “a ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro” (FERNANDES, 2000, p. 19). Ela é necessária para que a grande propriedade se transforme em terra de trabalho.

A terra camponesa além de lugar de trabalho, também é lugar de aprendizagem e vivências. Neste sentido é muito importante que o conhecimento e a tradição camponesa continuem existindo, e para que isso aconteça é necessário que os jovens conheçam sua essência, suas origens, compreendam que fazem parte de uma luta de classe, que são sujeitos políticos e sujeitos de sua própria história.

Dessa maneira, na medida em que o MST foi se organizando, se especializando, se territorializando, foi sentindo diversas outras necessidades além da conquista da terra, pois percebeu que somente o acesso à terra não significa justiça social (MAGALHÃES, 2017). Uma dessas necessidades é a educação, não sendo uma educação convencional, deve ser uma educação que respeite, valorize e estimule a cultura e os saberes camponeses, além de presar pelo cooperativismo de todos, visto que, o movimento procura sempre desenraizar o individualismo presente na comunidade.

De acordo com o MST (1997, p. 08), a comunidade tem a necessidade da conquista do “trabalho, comercialização, acesso às novas tecnologias, moradia, conquistas de escolas, postos de saúde, construção de uma agroindústria, de uma área de lazer”, ele ainda continua afirmando que, após a conquista da terra,

[...] são estas novas questões do dia a dia dos assentamentos que vem criando as diversas formas de cooperação que defendemos. Só que muitas vezes elas esbarram na herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo que ainda defendemos. Por isso a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação e para a incorporação criativa das lições da história da organização coletiva do trabalho (MST, 1997, p. 08).

Dessa forma, podemos afirmar que na educação do campo, o trabalho é um princípio muito importante, que faz parte de toda comunidade do assentamento e da escola. É nela onde os alunos, aprendem o significado e a importância do trabalho, criam novas práticas para que sejam usadas na melhoria da produção dos camponeses, mantendo sempre a ligação entre escola e comunidade. E é com esta perspectiva que se inicia no estado Ceará, a luta pelas escolas estaduais do campo.

A educação do campo no Ceará

Temos hoje no estado do Ceará, 10 escolas estaduais do campo em assentamentos de Reforma Agrária, além de outras escolas de Ensino Infantil e Fundamental, elas são escolas que ajudam a romper com o processo de discriminação e exclusão e a fortalecer o campesinato (MAGALHÃES, 2017).

No entanto, para compreendermos melhor como se deu estas conquistas, é necessário conhecer o processo histórico de luta e resistência dos camponeses que compõe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, pois trataremos neste artigo da educação do campo defendida por este movimento.

Neste sentido, Stedile e Fernandes (2012, p. 77) afirmam que “o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e da ignorância. E quando se fala da cerca da ignorância não se trata apenas de alfabetizar as pessoas, mas sim de democratizar o conhecimento para um maior número de pessoas possível.”

Após a inserção na terra, tanto em acampamentos como em assentamentos, se faz necessário a conquista de outra luta, o da educação, estando ela articulada ao processo de luta pela terra e emancipação, conseqüentemente. Assim sendo “a trajetória local do Movimento no Estado do Ceará demonstra uma indissociável relação entre a luta pela terra e a luta por educação, de tal sorte que não é possível recuperar a história da educação do MST no Ceará, desvinculada da luta pela terra” (SILVA, 2013, p. 38). Nesse processo,

[...] destaca-se a importância dos movimentos sociais, sindicais e pastorais do campo, mais precisamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na medida em que o MST foi se organizando, se especializando, se territorializando, foi sentido diversas outras necessidades além da conquista pela terra, pois percebeu que somente o acesso a terra não significa justiça social (MAGALHÃES, 2017, p. 18).

Nesta perspectiva, também concordamos com Oliveira (2018) quando afirma que no CE, assim como nos demais, a luta pela qualidade e dignidade da educação voltada para o campo e suas peculiaridades esteve imbuída de lutas, enfrentamentos e contradições.

Dessa maneira o setor de educação do MST organiza formas de alcançar esta vitória, devido as necessidades que se tem, dentre elas, não fazer com que alunos percorram diariamente uma longa distância até a cidade para estudar, ou sofram qualquer tipo de preconceito por causa de suas origens, além da presença dos adultos analfabetos no assentamento. Se fazendo necessário, como afirma Freire (1981), uma alfabetização de adultos que rompe com os esquemas tradicionais que não seja mero prolongamento de alfabetização, ou seja uma post- alfabetização que a negue.

Tão ligada ao esforço de produção quanto a alfabetização, a post-alfabetização nos “asentamientos” há de ser, como aquela, um ato de conhecimento e não de transferência deste. Seu conteúdo programático, partindo da realidade concreta

dos camponeses, deve oferecer-lhes a possibilidade de ir superando o conhecimento ao nível preponderantemente “sensível” das coisas e dos fatos pela “razão de ser” dos mesmos (FREIRE, 1981, p. 24).

Por isso o movimento não pensou apenas na conquista por educação, mas por uma educação diferenciada, que fortaleça o significado de ser camponês dos jovens, que considerasse sua cultura e os saberes do camponês, sendo uma educação omnilateral, que significa, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico (FRIGOTTO, 2012).

Por este motivo, é proposto um novo modelo de educação, um que não tenha a intenção de apenas preparar os jovens para o mercado e servir ao sistema capitalista, sendo necessário, como afirma Mézaros (2008), romper com a lógica do capital para que se contemple uma nova alternativa educacional que seja significativamente diferente.

A escola tem uma influência muito grande na sociedade e é a partir dela que um sistema se solidifica, com o capitalismo não seria diferente, “já que o capital se move em direção à escola para anular a autonomia dos camponeses, através da educação rural, em que se anulam os saberes práticos do trabalho, ao mesmo tempo em que se criam as condições para a perda da terra” (RIBEIRO, 2014, p. 342).

No tocante à consolidação da educação do campo no Brasil é importante citar alguns marcos como a I Conferência Por uma Educação Básica do Campo, que aconteceu em Luziânia - GO no ano de 1998, bem como o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA, que ocorreu em Brasília em 1997. A partir deste encontro se deu a formação da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, como afirma Silva (2013, p. 34):

São frutos desse encontro, a formação da Articulação Nacional por uma Educação do Campo formada, inicialmente, pelo MST, UnB, UNESCO, UNICEF e CNBB, organizadora da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998 e a criação do Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária - PRONERA, no Ministério de Desenvolvimento Agrário, no mesmo ano, ambas, iniciativas fundamentais para a concepção da Educação do Campo e sua inserção no âmbito das políticas públicas de educação.

Também tivemos algumas mobilizações no Ceará, como é o caso dos quatro eventos denominados “Encontro Estadual de Educadores da Reforma Agrária. O

primeiro ocorreu no ano de 1991, no município de Itatira/CE, o segundo, em 1993 no Canindé/CE, o terceiro, em 1995, em Caridade/CE e o quarto ocorreu só mais recentemente, em 2012, no município de Caucaia/CE” (SILVA, 2013, p. 40). Após todas estas ocupações e enfrentamentos com os governos estaduais, tem-se a conquista de cinco escolas, apesar do movimento ter a necessidade de 64 escola, como afirma Gomes:

Com a lógica de responder a pauta dos trabalhadores (as), no referencial da amenização e alívio da pobreza (paradigma do Banco Mundial), mesmo argumentando que tínhamos na lista 64 assentamentos que reivindicavam escolas, sendo destas 12 com o caráter de serem escolas de Ensino Médio, para garantir a educação da Juventude nos assentamentos. Após o relato da problemática, segundo informe da equipe de negociação do MST, o então governador diante da demanda de 64 assentamentos que reivindicavam escolas, comprometeu-se em construir cinco escolas de Ensino Médio e que o MST indicasse os assentamentos a serem priorizados (GOMES, 2013, p. 55).

Assim, com o novo modelo de educação, também passaram a pensar na formação dos professores que iriam atuar nestas escolas, tendo em vista que deveriam ser educadores que conhecessem o movimento e a vivência dos educandos. Por isso, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 16 de abril de 1998, como política pública do Governo Federal para a educação de jovens e adultos assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, assim,

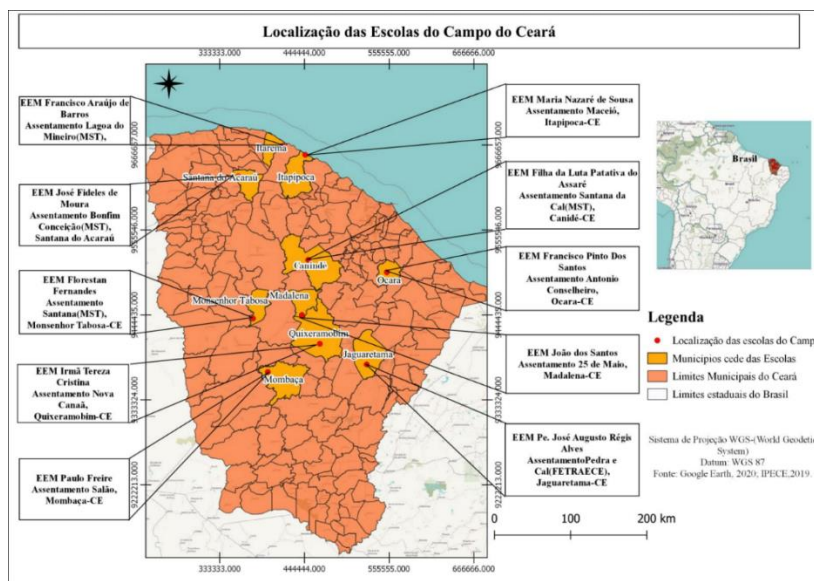
[...] diante da institucionalização do PRONERA, no ano seguinte, o MST/CE, juntamente com a FETRAECE, lança o desafio e mobiliza algumas universidades públicas cearenses para a formação de educadores a fim de garantir a alfabetização de Jovens e adultos. Foram elas: Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (SILVA, 2013, p. 44).

O ano de 2004 é marcado pelo início da primeira turma de Pedagogia da Terra no Ceará, sendo uma parceria entre MST, UFC e PRONERA “com um total de 107 estudantes em duas turmas, concluindo em janeiro de 2009, com 88 estudantes graduados” (SILVA, 2013, p. 44). Assim, vários projetos vêm sendo desenvolvidos, contribuindo para a formação inicial e continuada dos educadores do campo, sendo que,

Os projetos educacionais do PRONERA envolvem alfabetização, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio profissional, ensino superior e pós-

graduação, incluindo neste nível uma ação denominada residência agrária (SANTOS, 2012, p. 631).

Devido ao processo de resistência enfatizados anteriormente, já foram construídas cinco escolas a mais, totalizado dez na atualidade. Elas são: EEM João dos Santos, no Assentamento 25 de Maio em Madalena/CE; EEM Maria Nazaré de Souza, no Assentamento Maceió em Itapipoca/CE; EEF Florestan Fernandes, no Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa/CE; EEM Francisco Araújo Barros, no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema/CE; EEM Pe. José Augusto Régis Alves, no Assentamento Pedra e Cal em Jaguaretama/CE; EEM Filha da Luta Patativa do Assaré, no Assentamento em Canindé/CE; EEM José Fideles de Moura, no Assentamento Bonfim Conceição em Santana do Acaraú/CE; EEM Francisca Pinta dos Santos, no Assentamento Antônio Conselheiro em Ocara/CE; EEM Paulo Freire, no Assentamento Salão em Mombaça/CE e EEM Irmã Tereza Cristina, no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim/CE (Mapa 1).



Mapa 1 - Localização das Escolas Estaduais do Campo no Ceará.

Fonte: Raqueline Landim Nascimento.

Mesmo ainda sendo um número pequeno para o que foi desejado, elas são símbolos e inspiração para a continuação da luta dos camponeses. É importante frisar que cada escola do campo tem sua história, mas todas têm em suas raízes, a luta, o sangue e a resistência e juntas seguem com o mesmo objetivo, fortalecer a identidade e a formação política do povo camponês, indo contra o capitalismo excludente e opressor.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa tiveram relevância leituras de livros, artigos e dissertações sobre Educação do Campo e temas afins. Toda pesquisa bibliográfica é de suma importância para qualquer pesquisa, visto que nos oferece suporte teórico para realização da mesma, no entanto, como aponta Gil (2002, p. 63),

[...] por si só, ele é insuficiente. Requer-se a reflexão crítica acerca dos assuntos estudados, de forma tal que seja possível identificar controvérsias entre os diferentes autores, identificar abordagens teóricas relevantes para o estudo de fenômeno e, se possível, optar por uma abordagem teórica capaz de fundamentar o trabalho.

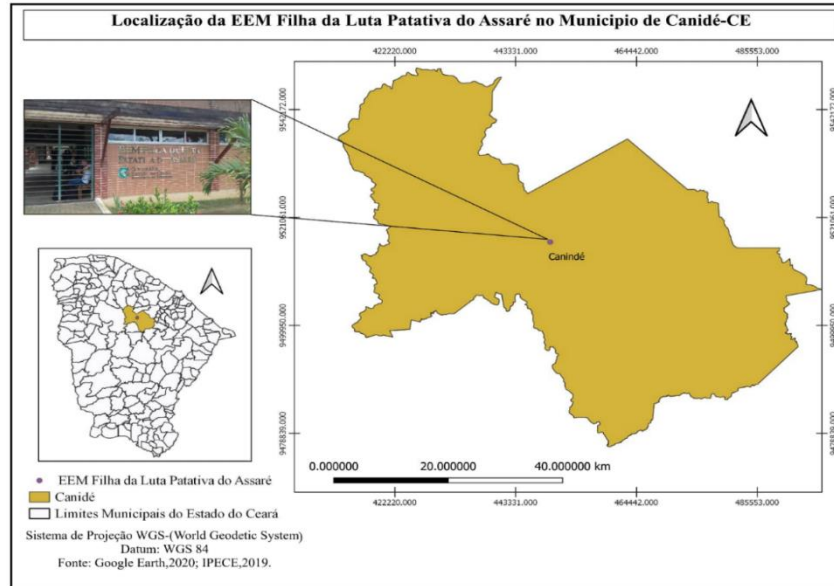
Dessa maneira, este trabalho foi desenvolvido pelo viés qualitativo, visto que, é de suma importância sempre ouvir os sujeitos da pesquisa, sendo eles os camponeses e filhos de camponeses, que são na atualidade, ou seja: no período compreendido entre 2009 e 2020, alunos das escolas do campo. Pois, na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam dela são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam (CHIZZOTTI, 2000).

Para que houvesse melhor desenvolvimento da pesquisa, optou-se pelo método dialético, pois consideramos que tudo está em interação e em constante transformação. Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro (MARCONI; LAKATOS, 2003). Os autores continuam afirmando que,

[...] as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101).

Assim, para que se compreenda melhor como as escolas do campo influenciam no processo de resistência do campesinato, foi realizada uma análise do dia 27 a 31 de janeiro, da X Semana Pedagógica das Escolas de Ensino Médio do Campo dos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Ceará, que aconteceu na EEM Filha da

Luta Patativa do Assaré, no Assentamento Santana da Cal, na cidade de Canindé-CE (Mapa 2).



Mapa 2 - Localização da EEM Filha da Luta Patativa do Assaré

Fonte: Raqueline Landim Nascimento.

O evento contou com a presença de professores, pais, alunos, funcionários e diretores das dez escolas do campo do estado, além de se fazerem presentes pesquisadores de diversas universidades, membros da SEDUC, do Setor de Educação do MST, Dirigentes do Setor Estadual de Educação/MST-CE e Direção Nacional do Setor de Educação.

Para a coleta de dados utilizamos um diário de campo, onde tudo o que aconteceu durante os cinco dias foram anotados, além disso realizamos algumas conversas informais com alunos, professores e funcionários das escolas. Posteriormente foram selecionadas informações relevantes para a presente pesquisa, sendo elas sintetizadas, pois como afirma Marconi e Lakatos (2007, p. 162) “o uso de termos apropriados, de definições corretas, contribui para a melhor compreensão da realidade observada”.

Resultados

Durante a semana pedagógica, pode-se observar a união e o cooperativismo manifestando-se naturalmente entre os participantes, o que reafirma o compromisso com a educação, com o campesinato e com o MST. Sendo esta, uma realidade que foi fruto da resistência e se concretiza com a construção das escolas do campo no Ceará.

É a partir disso, que se percebe o quanto é necessário um processo educativo para que, principalmente os jovens, possam compreender a importância do trabalho coletivo. Isso também é fruto de outras semanas pedagógicas, pois, como afirma os organizadores do evento na apresentação do caderno de programação (Imagem 1):

[...] a Semana Pedagógica das Escolas do Campo das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará é uma estratégia coletiva de caráter político-pedagógico construída pela troca de experiências, avaliação da caminhada, elaboração de diretrizes para o planejamento pedagógico anual, formação continuada, confraternização e construção de pautas de lutas, buscando avançar na implementação do projeto político pedagógico das Escolas de Ensino Médio do Campo.

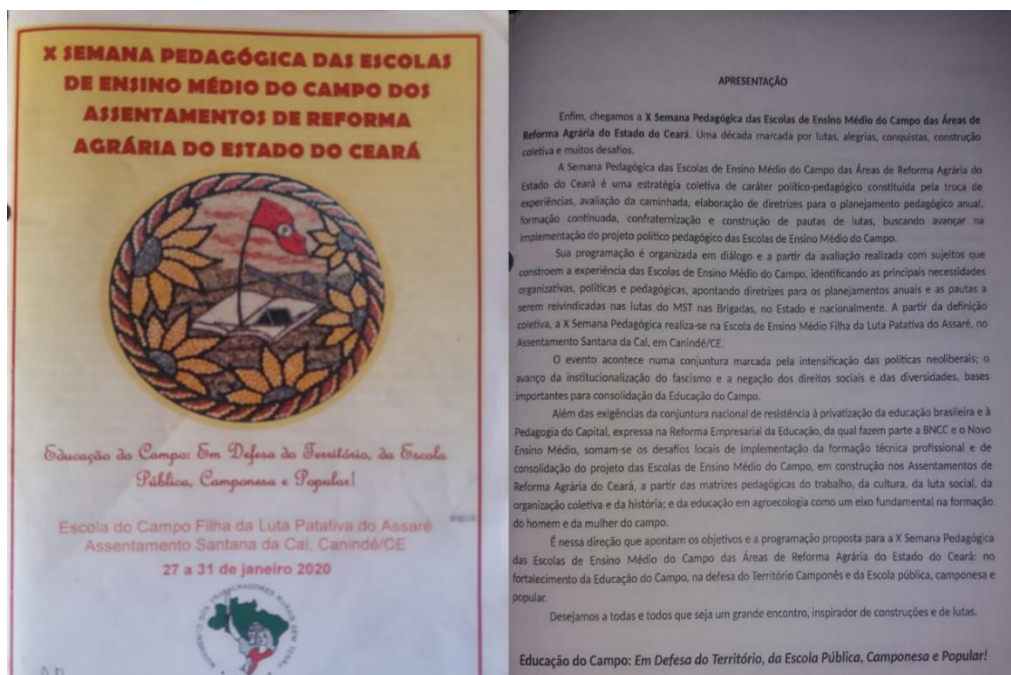


Imagem 1 - Capa e apresentação do caderno da semana pedagógica

Fonte: As autoras (2020).

Além disso, durante a semana foram realizadas várias atividades, como rodas de conversas, oficinas, amostras das produções das escolas do campo, a jornada socialista, a noite cultural, além das atividades de limpeza da escola que também eram atividades da semana pedagógica.

Também eram realizadas as místicas, que a cada dia eram praticadas por uma escola diferente, sendo este o momento em que os participantes conseguiam expressar suas ânsias, alimentando ainda mais o desejo da luta pela igualdade. A partir delas pode-se conhecer um pouco das suas histórias de resistência e momentos de vitórias e conquistas (Imagem 2).



Imagem 2 - Mística de abertura da Semana Pedagógica

Fonte: As autoras (2020).

Durante a semana ocorrem importantes debates sobre a educação brasileira, nesta não seria diferente, houveram discussões sobre a análise da conjuntura política e educacional do Brasil, as implantações do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os desafios das escolas do campo frente ao projeto da agricultura camponesa e da Reforma Agrária Popular e a trajetória das escolas do campo (Imagem 3).



Imagem 3 - Debate sobre a conjuntura política e educacional do Brasil

Fonte: As autoras (2020).

Um dos momentos mais importantes da semana pedagógica, são as formações continuada dos educadores do campo, com as oficinas (Imagem 4). Nelas, os educadores partilham experiências, dialogam e debatem sobre as práticas e metodologias realizadas nas escolas. Também são convidados outros professores para este momento (Imagem 5), sendo eles vinculados a universidades, a SEDUC e ao MST.



Imagem 4 - Um dos momentos em que os educadores trocam experiências

Fonte: As autoras (2020).



Imagem 5 - Homenagem aos professores convidados para as oficinas de formação continuada
Fonte: As autoras (2020).

O resultado da formação destes professores pode ser observado a partir das amostras das produções das escolas do campo. Neste momento os educandos e educadores expõem e explicam alguns de seus trabalhos, que são realizadas ao longo do semestre. É importante enfatizar que estas produções contribuem não apenas no processo de aprendizagem dos alunos, como também na melhoria da qualidade de vida das comunidades em que moram (Imagem 6).



Imagem 6 - Amostra das produções dos educandos e educadores
Fonte: As autoras (2020).

Durante a jornada foram realizadas várias apresentações artísticas dos educandos das escolas (Imagem 7) e, também dos sem-terrinhos (Imagem 8), apresentações que carregam em si uma grande aprendizagem e muito significado para os povos do campo.



Imagem 7 - Apresentação dos educandos e educadores na jornada socialista

Fonte: As autoras (2020).



Imagem 8 - Apresentação dos sem-terrinhos na jornada socialista

Fonte: As autoras (2020).



Imagem 9 - Apresentação dos sem-terrinhos na jornada socialista

Fonte: As autoras (2020).

Com relação as atividades de limpeza, foram realizadas duas que se destacaram. A primeira foi a limpeza da escola, onde a mesma foi dividida entre os participantes para ser higienizada e a segunda foi a limpeza dos pratos, neste cada um deveria lavar o que utilizou, com exceção apenas das crianças de colo. Estas ações concretizam as práticas de trabalho e de união do Movimento, que faz refletir na semana pedagógica o que é realizado nas escolas e comunidades.

Conclusão

O processo de modernização do campo, não chega a todos, está nas mãos daqueles que mais tem condições financeiras, além serem beneficiados com maior número de incentivos governamentais, tornando assim a produção dos grandes e pequenos proprietários desigual. No entanto apesar desta desigualdade, é o camponês quem fornece alimento para os brasileiros.

Por ser o povo camponês quem alimenta nosso país e luta pela conquista dos nossos direitos, se fez necessário o compartilhamento do conhecimento sobre a agricultura e sobre a realidade de forma crítica. Para que ele continue existindo e se fortalecendo, as escolas do campo são forte instrumento de resistência do campesinato no Ceará.

Durante a Semana Pedagógica das Escolas de Ensino Médio do Campo dos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Ceará percebeu-se o empenho e compromisso de continuar fazendo resistência contra o capital, por parte dos

componentes que reafirmam o trabalho coletivo e uma educação do campo libertadora e omnilateral, mostrando a importância das escolas estaduais do campo.

Referências

- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. Educação de jovens e adultos (EJA). In: CALDART, Roseli Saete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magno (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CALDART, Roseli Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agricultura Cearense: rumo à desintegração competitiva e a fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Democrito Rocha, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização** Em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Maria de Jesus dos Santos. **Experiências das Escolas de Ensino Médio do Campo do MST Ceará: Dois Projetos de Campo e de Educação em Confronto**. Monografia (Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais) - Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. **A educação do campo no fortalecimento do campesinato**: da ação dos sujeitos coletivos à construção de uma escola de formação. 2017. 151f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Princípios da Educação no MST**. Setor de Educação, 1997.

OLIVEIRA, Adeliene Vieira de. **A Territorialização das Escolas de Ensino Médio do Campo**: o caso da EEM Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema - Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú - (UVA), Sobral, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural: da expropriação dos saberes práticos do camponês à expropriação da terra. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 323-346, jul./dez. 2014.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA). In: CALDART, Roseli Salette et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

SILVA, Paulo Roberto de Sousa. **Trabalho e Educação do Campo nas Escolas de Ensino Médio dos assentamentos de Reforma Agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Ceará**. 2013. Monografia (Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos sociais) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 129-147, jan./abr. 2019.

XIMENES, Antonia Vanessa Silva Freire Moraes. **Perímetro irrigado Araras Norte**: implicações sócio - territoriais. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú - (UVA), Sobral, 2015.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012.

Editora CLAE

2021